

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

THÁRCILA NICOLY OLIVEIRA DIAS

CIDADANIA, INFORMAÇÃO E VOTO: Estudo do comportamento eleitoral em Paço do
Lumiar

São Luís

2022

THÁRCILA NICOLY OLIVEIRA DIAS

CIDADANIA, INFORMAÇÃO E VOTO: Estudo do comportamento eleitoral em Paço do
Lumiar

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Mary Ferreira

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Dias, Thárcila Nicolý Oliveira.

Cidadania, Informação e Voto : estudo do comportamento
eleitoral em Paço do Lumiar / Thárcila Nicolý Oliveira
Dias. - 2022.

91 f.

Orientador(a): Maria Mary Ferreira.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Cidadania. 2. Informação. 3. Paço do Lumiar. 4.
Voto. I. Ferreira, Maria Mary. II. Título.

THÁRCILA NICOLY OLIVEIRA DIAS

CIDADANIA, INFORMAÇÃO E VOTO: Estudo do comportamento eleitoral em Paço do Lumiar

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Maria Mary Ferreira – Orientadora
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Drª Maria Cléa Nunes
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a Deus, que me dá forças todos os dias para que eu possa atingir meus objetivos, sem sua ajuda eu não poderia realizá-lo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha força vital, que me deu o dom da vida e me concedeu inúmeras bênçãos.

À meus pais, Júnior e Stela, que são a base para minha vida, que me ensinaram o valor da educação e me apoiaram em todos os momentos durante minha graduação.

À minha amada irmã, Amitha, a quem quero transmitir a importância da educação.

A toda minha família que esteve ao meu lado neste momento tão importante.

A todos os professores do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão que no decorrer da graduação disseminaram seus conhecimentos e permitiram o aprendizado sobre esta área tão importante.

À minha orientadora, Prof^{ta} Dr^a Maria Mary Ferreira que se dispôs a partilhar um pouco do seu vasto conhecimento para a elaboração deste estudo.

À banca de Monografia, composta pelo Professores Doutores Márcio Ferreira e Maria Cléa Nunes, que contribuíram para a qualificação deste trabalho.

Ao Programa de Educação Tutorial do Curso de Biblioteconomia, o qual fiz parte durante 3 anos e teve papel fundamental na minha formação, no meu desenvolvimento crítico acerca do campo da Biblioteconomia e, por meio de tantos projetos e ações, permitiu a ampliação da minha experiência acadêmica.

A João Pedro, meu querido amigo, que me acompanhou durante todo o curso e com sua amizade e carinho tornou esta caminhada mais fácil, prazerosa e divertida.

A Lucas, meu amado, que me apoiou nas etapas finais deste estudo e se alegrou com cada vitória conquistada neste período.

A todos os meus colegas do curso de Biblioteconomia da UFMA, os quais compartilharam seus conhecimentos comigo e me permitiram vivenciar experiências de que nunca esquecerei.

Enfim, não poderia deixar de agradecer todos os meus amigos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste estudo.

“O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os seus poderes na dependência de sua vontade: é o caso do poder de um Estado.” (HOBBS, 2003, p. 73)

RESUMO

Análise do comportamento eleitoral no município de Paço do Lumiar com enfoque na informação como um fator determinante para que o processo eleitoral ocorra de forma consciente. Propõe-se uma pesquisa de campo a fim de compreender até que ponto a informação está aliada no processo de escolha consciente por representações políticas em Paço do Lumiar. Objetiva refletir o papel da informação no processo eleitoral tendo em vista a relevância do voto para a construção da cidadania. Busca compreender a visão dos eleitores luminenses sobre o voto e o processo eleitoral. Explora conceitos relacionados ao voto, como a consolidação dos Estados democráticos e os modelos de representação política existentes. Elenca a relação da democracia com o atual paradigma da informação uma vez que este alterou substancialmente o funcionamento da sociedade, não podendo excluir-se deste processo o voto e a representação. Discorre sobre a história do voto no Brasil, desde seu surgimento até as normas que hoje regem o processo eleitoral. Discute a evolução dos meios informacionais e sua influência no funcionamento da sociedade. Aponta o papel da informação e da biblioteca como fontes essenciais para a transformação da sociedade uma vez que por meio destas é possível alcançar a conscientização dos eleitores. Com vista a alcançar os objetivos propostos, aplica-se uma pesquisa de campo com base na pesquisa bibliográfica, utilizando como técnica de pesquisa o questionário semiestruturado. Como resultados aponta que os eleitores de Paço do Lumiar compreendem a importância do processo eleitoral porém possuem uma visão bastante parcial e limitada sobre o tema. Constata que o uso da informação pelos eleitores durante o processo eleitoral é deficiente e baseia-se em fontes de fácil acesso, como a televisão e as redes sociais. Denota que estes eleitores não consideram a importância da participação da vida política como critério para a tomada de decisões no processo eleitoral. Indica a implementação de uma biblioteca pública no município como estratégia de disseminação de informações que ajudem os eleitores luminenses a desenvolver a consciência crítica e cidadã acerca do processo eleitoral. Conclui que a informação, apesar de ser um auxílio importante para a tomada de decisão no processo eleitoral, não é utilizada em todo o seu potencial pelos eleitores de Paço do Lumiar.

Palavras - chave: Cidadania. Informação. Voto. Paço do Lumiar.

ABSTRACT

Analysis of electoral behavior in Paço do Lumiar city with a focus on information as a determining factor for the electoral process proceeds consciously. A field research is proposed in order to understand to what extent information is allied to the process of conscious choice for political representations in Paço do Lumiar. It aims to reflect the information's function in the electoral process in view of the relevance of voting for the construction of citizenship. Has the purpose of understanding the vision of luminense voters about voting and the electoral process. It explores concepts related to voting, such as the consolidation of democratic states and the models of political representation. It study the relationship between democracy and the current information paradigm, since it has substantially altered the functioning of society, and voting and representation cannot be excluded from this process. Discusses the origins of voting in Brazil, from the beginning to the rules that govern the electoral process today. It discusses the evolution of informational media and its influence on the functioning of society. It points out the role of information and the library as essential apparatus for the transformation of society. In order to achieve the proposed objectives, a field research is applied based on bibliographic researchs, using the semi-structured questionnaire as a research technique. As a result, it shows that the voters of Paço do Lumiar understand the importance of the electoral process, but they have a very partial and limited view on the subject. It notes that the use of information by voters during the electoral process is deficient and is based on easily accessible sources, such as television and social networks. It denotes that these voters do not consider the importance of participation in political life as a criterion for decision-making in the electoral process. It indicates the implementation of a public library in the municipality as a strategy for disseminating information that helps luminense voters to develop critical and citizen awareness about the electoral process. It concludes that information, despite being an important aid for decision making in the electoral process, is not used to its full potential by voters in Paço do Lumiar.

Keywords: Citizenship. Information. Vote. Paço do Lumiar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – RENDIMENTO PER CAPITA POR GRANDES REGIÕES.....	26
QUADRO 1 – NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR POR RAÇA ENTRE 2010 E 2018.....	32
GRÁFICO 2 – FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES.....	65
GRÁFICO 3 – RESPONSABILIDADE DOS ELEITORES PELO CENÁRIO POLÍTICO...	70
GRÁFICO 4 – MOTIVAÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO ELEITORAL.....	71
GRÁFICO 5 – PRINCIPAIS PROBLEMAS APONTADOS.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNI	Confederação Nacional da Indústria
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI	Lei de acesso à informação
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual
MEC	Ministério da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	INFORMAÇÃO E VOTO COMO INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO	22
2.1	Informação como mecanismo de fortalecimento da cidadania	22
2.2	O voto consciente como instrumento de mudança social	36
2.3	Democracia representativa e suas controvérsias para garantir direitos sociais ...48	
3	O MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR E AS CARÊNCIAS DE UMA CIDADANIA TARDIA	60
3.1	Caracterização do município de Paço do Lumiar: origens e indicadores sociais	60
3.2	As contradições da Gestão Pública Municipal luminense	62
4	O COMPORTAMENTO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR: como o povo vota	64
4.1	O perfil dos eleitores de Paço do Lumiar	64
4.1.1	Identificação do (da) respondente.....	64
4.2	Como os eleitores de Paço do Lumiar concebem o voto e o processo eleitoral	66
4.2.1	Visão sobre o voto e o processo eleitoral.....	66
4.3	Quais os problemas de maior dimensão apontados pelos eleitores	69
4.3.1	Cenário político em Paço do Lumiar.....	69
4.3.2	Principais problemas municipais apontados pelos eleitores.....	71
4.4	Como adquirem informação e como usam para fortalecer a cidadania	74
4.4.1	Informação e voto: fatores de influência para o processo eleitoral.....	75
5	CONCLUSÃO	79
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	89

1 INTRODUÇÃO

A democracia é um sistema político que preconiza a soberania do povo através da representação por candidatos elegíveis. Bobbio (2009) afirma que não é fácil chegar a uma definição exata para este regime e para caracterizá-lo mais precisamente é necessário levar em consideração que a democracia é composta por um conjunto de regras, de natureza primária e secundária, que visam estabelecer quais figuras estão autorizadas a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Bobbio (2006, p. 32) enfatiza portanto a relação necessária e interdependente existente entre liberdade e democracia pois esta é fundamental para “garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais”. Neste sentido, democracia se articula como base fundamental para a construção do Estado Democrático de Direito.

No Brasil, como consequência do estabelecimento do Regime Democrático estabeleceu-se o voto como um exercício de manutenção para a democracia, sendo também um meio de validar o que chamamos de cidadania, onde todos têm direito a escolha de um representante eleito que possa melhor atender às suas necessidades. (BRASIL, 2019)

Entretanto, o sufrágio no Brasil não é recente, porém nem sempre configurou-se da forma que conhecemos atualmente. Nicolau (2002) ao traçar a história do voto no Brasil aponta que a primeira eleição data do ano de 1532, na vila de São Vicente localizada em São Paulo, e teve como finalidade a escolha de oficiais do conselho municipal. Inicialmente o voto estava ligado a eleições municipais e com o decorrer do tempo e de sucessivas mudanças sociais e políticas este se tornou um instrumento de escolha e eleição de representantes municipais, estaduais e nacionais. É necessário lembrar que o voto se destinava a uma restrita gama de pessoas onde mulheres, analfabetos, menores de 21 anos e indígenas não poderiam exercer o voto. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2010)

O voto estabeleceu-se no Brasil através do desenvolvimento do Constitucionalismo Brasileiro que toma forma a partir do processo de independência do Brasil, em meados do Século XIX. Pes e Fleig (2018) afirmam que o desenvolvimento da constitucionalidade no Brasil ocorreu de forma concomitante ao constitucionalismo moderno e que este possibilita uma nova forma de ordenação para o poder político.

O sentido normativo de Constituição, aliado ao seu conceito histórico, permite a sua compreensão como sistema aberto de regras e princípios. Assim, as regras jurídicas constitucionais são orientadas por princípios também constitucionais, que se referem a valores ou axiomas como a justiça. (PES e FLEIG, 2018, p. 116)

Pode-se refletir que o desenvolvimento do constitucionalismo no Brasil permitiu maior organização ao poder público, pois norteia e assegura os direitos e deveres da nação e delimita

competências para os três poderes que regem o Estado: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Um longo percurso seguiu-se desde então para adaptação do eleitorado a esta nova realidade e no início do Século XX (vinte) o voto consolidou-se como universal e obrigatório. A este respeito, Nascimento (2018) enfatiza o voto como o mais importante instrumento de mudança política e social uma vez que através deste podemos escolher quem irá nos representar em diversos cargos.

No entanto, o voto nem sempre é feito de forma consciente e lúcida e sua existência não implica necessariamente em participação racional da sociedade nas decisões públicas. Em pesquisa realizada por Ferreira e Dias (2019) no município de Turiaçu, localizado no estado do Maranhão constatou-se que de um universo amostral de 56 pessoas, 34,9% dos respondentes afirmou que votou apenas devido a obrigatoriedade do voto, 60,5% declarou que votou porque deseja melhorar sua cidade e 2,3% declarou que o motivo que o levou a votar seria o gosto por participar do processo político. Mesmo que grande parte dos informantes votaram porque desejam melhorar o local em que vivem, cabe observar a expressiva porcentagem de 34,9% que votaram apenas devido a obrigatoriedade.

O desinteresse do eleitor pela política tradicional é visível quando nos deparamos com números cada vez maiores de títulos cancelados no Brasil. Segundo dados disponibilizados em 2019 no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o número de títulos cancelados cresce desde 2014. Seriam estes números apenas coincidência tendo em vista a crise social, política e econômica que se arrasta no Brasil há alguns anos? Quais fatores contribuem para o crescente desinteresse do eleitor pelo fazer político?

Em épocas de eleição ou crises sociais escutamos muito sobre a importância do voto consciente, no entanto, há muito que se discutir acerca do que seria um voto consciente, tendo em vista que os parâmetros que norteiam qualquer decisão são subjetivos. Portanto, decidir de forma responsável um candidato e um projeto de governo adequado não é sempre uma escolha fácil e o próprio eleitor se sente perdido diante de tantas opções. Para compreendermos melhor como geralmente se dá a escolha de um representante para os mais variados cargos elegíveis podemos utilizar os modelos de estudo comportamental dos eleitores. Ao analisar os modelos do comportamento eleitoral, Freire (2001) explica que no modelo sociológico, por exemplo, observa-se que o contexto político e social influencia o voto ou não voto, já no modelo psicossocial o foco dá-se diretamente no comportamento de cada eleitor, ou seja, no impacto que as propostas, comportamentos dos candidatos afetam sua escolha. No modelo de análise racional adota-se os prós e contras pensados pelo eleitor, de forma que ele escolha aquele candidato que melhor o influenciará.

Compreender como cada eleitor escolhe seus candidatos é uma forma de pensar o voto como um benefício que atinja o maior número de pessoas possíveis. Em suma podemos dizer que o voto responsável é aquele feito através de escolhas sustentadas por um conjunto de informações pertinentes que possibilita ao eleitor uma análise crítica e eficiente do candidato que deverá merecer seu voto. A informação pode ser um instrumento de grande auxílio para o eleitor durante o processo eleitoral. Por meio dela, o eleitor poderá buscar o histórico pessoal e político dos candidatos em questão, analisar e comparar propostas de campanha, diagnosticar quais as principais necessidades de sua comunidade e ainda ajudar outros eleitores através do compartilhamento das informações encontradas.

Nesta senda, destaca-se o surgimento e a disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como insumos para a transformação não apenas das formas de comunicação, mas também do funcionamento de toda a sociedade. Os primeiros indícios do surgimento das TICs aconteceram durante e depois da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), momento histórico que proporcionou grandes evoluções políticas, científicas, sociais, culturais e tecnológicas. A exemplo dessas transformações, Bush (1945) propôs em seu artigo intitulado “*As we may think*” um dispositivo tecnológico chamado *Memex*, capaz de armazenar arquivos e que pode permitir o acesso a estes em grande velocidade. O autor compara-o a uma extensão íntima de nossa memória. É possível vislumbrar na inovadora proposta de Vannevar Bush (1890 - 1974) elementos que constituem as tecnologias atuais como o armazenamento, acesso e sobretudo velocidade. É inegável a influência da citada ferramenta para o desenvolvimento de percepções que transformaram o cenário tecnológico no mundo inteiro, onde atualmente temos dispositivos que facilitem o rápido acesso às mais variadas informações e dados.

Castells (2000) aponta que o surgimento das tecnologias de processamento informacional popularizou o termo “Sociedade da Informação”, no entanto para o autor esta sociedade não existe pois o acesso à informação é um fator excludente para uma considerável parcela da população. A difusão da internet, por si só, não propiciará mudanças sociais notórias, para este objetivo será necessário: “conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede.” (CASTELLS, 2000, p. 19)

Portanto, cabe pensar a relevância do acesso à informação para proporcionar um efetivo funcionamento democrático em nossa sociedade. Como exemplo do uso da informação para a construção da cidadania e bom funcionamento da democracia pode-se citar a lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). A LAI entrou em vigor no Brasil em 2012 e regulamenta o acesso à informações de qualquer natureza, exceto àquelas cuja divulgação

poderá proporcionar transtornos para a sociedade. Ela contribui para a observância das ações realizadas pelos mais variados órgãos públicos, o que garante transparência nos processos de decisão que regem nossa sociedade.

Devido ao contexto tecnológico atual, muitos são os meios pelos quais a sociedade pode buscar informações pertinentes para votar e para observar as ações dos governantes e gestores públicos. Porém é necessário definir alguns critérios para a busca das informações necessárias e não apenas basear-se em informações de rápido acesso disponíveis em redes sociais e na televisão. A informação pode e deve ser utilizada dentro do processo eleitoral para ajudar o eleitor a pensar criticamente o seu voto e então melhorá-lo.

Assim, despertou-se os primeiros intentos para a realização deste estudo durante a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica em Ciência da Informação e Biblioteconomia, do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, ministrada pela professora Maria Mary Ferreira, cujo apresentou lacunas nas áreas de pesquisa correlatas à Biblioteconomia e Ciência da Informação e indicou a importância de estudar política à luz do desenvolvimento democrático para a ampliação do horizonte técnico e científico da Biblioteconomia.

Ao analisar a comunidade de Paço do Lumiar, situada na região metropolitana da Grande São Luís, percebe-se o desinteresse político dos habitantes e a falta de senso crítico na escolha por um candidato representante que preencha as lacunas existentes, seja no contexto da infraestrutura, saúde, saneamento básico ou educação. É visível a desorientação e a falta de clareza das principais necessidades individuais e coletivas que norteiam a escolha de um aspirante a qualquer cargo público. Não obstante, retoma-se a memória os vários escândalos de corrupção envolvendo representantes em pleno mandato¹. Tais fatos despertam inquietações para entender de que forma os cidadãos luminenses (natural de Paço do Lumiar) escolhem o candidato que irá representá-lo, quais fatores motivam o voto desses eleitores e, as perspectivas dos eleitores sobre a política. Investigar o comportamento eleitoral luminense é abrir espaço para um ambiente mais democrático, igualitário e com melhores indicadores sociais.

O acesso à informação é essencial para auxiliar cada eleitor a pensar não apenas no candidato que o beneficiará, mas também toda sua comunidade. No entanto, é necessário

¹<https://atual7.com/noticias/politica/2020/08/mpe-apura-suposta-corrupcao-eleitoral-e-lavagem-de-dinheiro-envolvendo-fred-campos/>
<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/09/bia-venancio-tem-mandato-cassado-e-e-condenada-um-ano-de-prisao.html>
<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/12/inquerito-da-pf-contabiliza-r-28-mi-em-desvios-em-paco-do-lumiar.html>

primeiro compreender quais aspectos interferem na escolha dos eleitores, investigar se estes têm acesso às informações pertinentes que norteiam seu julgamento acerca dos candidatos, e sobretudo descobrir se estes têm clareza a respeito do processo eleitoral e como enxergam sua importância para o melhor funcionamento da sociedade.

Por outro lado, é preciso que a comunidade seja capaz, através da informação, de avaliar todo contexto social que o envolve, fazendo paralelos com as propostas dos candidatos e o histórico dos mesmos para definir seu voto de maneira responsável. A este respeito vale comentar a falta de interesse de grande parte da fatia eleitoral por informações acerca de seus candidatos, o que muitas vezes se dá devido a sucessivas decepções políticas, falta de orientação para buscar informações ou por falta de uma fonte de informação próxima ou acessível.

Diante das discussões e questionamentos expostos, o presente estudo busca estudar a relação entre a informação e o desenvolvimento da cidadania e do fazer político na sociedade por meio da ferramenta do voto. As principais motivações para este estudo encontram-se em assimilar respostas para as seguintes perguntas: Como se dá a escolha de um representante entre os moradores do Município de Paço do Lumiar? Quais os principais fatores são considerados para a escolha de um candidato em uma eleição? Como os eleitores percebem seu papel na construção da cidadania na sociedade? E qual o papel da informação na definição do voto dos eleitores? Compreender estes questionamentos é um ponto chave para a execução desta pesquisa.

O objetivo principal desta pesquisa é estudar o comportamento dos eleitores em Paço do Lumiar, buscando compreender o papel da informação na escolha por um representante em uma eleição, tendo em vista a relevância do voto para a construção da cidadania nos espaços democráticos. Os objetivos específicos, definem-se em:

- a) Discutir a importância do voto para o fazer político e para a construção da cidadania;
- b) Desvelar de que forma se dá o fazer político entre os moradores de Paço do Lumiar e quais fatores influenciam na decisão do voto;
- c) Refletir sobre o papel da informação na escolha e decisão do eleitor.

Com vistas a contemplar os objetivos definidos neste trabalho, pretende-se agora elucidar os procedimentos metodológicos adotados para a consecução deste estudo. A metodologia é a base de construção da pesquisa científica, ela permite, através de um conjunto de atividades sistemáticas, alcançar a produção de conhecimentos válidos e verdadeiros e traçar o caminho investigativo a ser seguido pelo pesquisador. (MARCONI; LAKATOS, 2021)

A pesquisa utiliza a abordagem quanti-qualitativa analítica pois busca compreender um fenômeno específico através da quantificação da amostra utilizada e gerar uma reflexão a partir

dos dados coletados. A amostra quantitativa serão os eleitores de Paço do Lumiar e o fenômeno em questão será representado pelo uso da informação como auxílio para a definição de parâmetros que norteiam a escolha de candidatos no Processo Eleitoral.

Em relação à natureza das fontes utilizadas para abordagem do objeto investigado, utilizou-se primeiramente a pesquisa documental para levantar dados acerca do município de Paço do Lumiar com o objetivo de caracterizá-lo e conhecer a história do município. Portanto, foram coletadas as informações disponibilizadas no *site* da Prefeitura de Paço do Lumiar e os dados disponíveis na plataforma digital Cidades, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante comentar que houve dificuldade ao traçar a história do município pois as informações estavam disponibilizadas de forma bastante resumida nas fontes utilizadas. Outra limitação se deu devido ao fato de que o município estudado não possui biblioteca municipal, arquivos ou centros de memória para preservação de sua memória e cultura. A pesquisa acabou por limitar-se às informações dos sites utilizados.

Para o tratamento do objeto estudado empregou-se a revisão de literatura, definida por Severino (2013, p. 106) como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores” viabilizou a revisão dos principais conceitos que compõem este estudo. O embasamento teórico deste estudo partiu de autores de diferentes áreas do conhecimento, tais como: Castells (1999), Werthein (2000) e Drahos (1995) que discutem o novo paradigma informacional advindo da evolução das TICs; Bobbio (1986), Benevides (1991) e Garcia (2011) que elencam concepções para a compreensão da cidadania; Ataíde (1997) e Campello (2010) que enfatizam o papel da biblioteca como disseminadora da informação para a sociedade; Leal (1948), Nicolau (2002) que discorrem sobre a história do voto no Brasil; Maluf (2019) e Bonavides (2004) que discutem o constitucionalismo no Brasil; Bobbio (2000) que discute a evolução da democracia enquanto sistema político e; Hobbes (2019) que aborda o Estado Representativo; Schumpeter (1961), Manin, Przeworski e Stokes (2006) e Sartori (1994) que abordam a democracia sob o plano da representatividade. Por fim, utilizou-se Urbinati (2013), Manin (1997) e Pitkin (2006) para abordar o funcionamento da representação no Estado.

Em seguida, realizou-se a pesquisa de campo, que de acordo com Markoni e Lakatos (2020) “se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema [...] com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles”. O instrumento escolhido para coleta de dados foi o questionário devido às vantagens que este proporciona, como a abrangência de maior número de pessoas, respostas mais rápidas, liberdade nas respostas devido ao anonimato e economia de tempo. (MARCONI; LAKATOS, 2020)

O instrumento questionário foi adaptado de Ferreira (2019)² cuja proposta de análise foi identificar Lideranças Femininas, levantar informações acerca do que a população pensa sobre as mulheres e quais os principais problemas afetam a população feminina em cinco municípios maranhenses: São Luís, Morros, Duque Bacelar, Turiaçu e São João dos Patos e obteve como resultado a identificação do crescente interesse das mulheres em participar da vida política das cidades; Como resultados dos principais problemas enfrentados pelas mulheres destacou-se a violência de gênero e a questão da geração de trabalho e renda.

Posto isso, o questionário adaptado foi dividido em quatro dimensões e teve aspecto semiestruturado, com perguntas abertas, para análise da subjetividade e qualificação do tema e fechadas, para quantificação e ordenação dos dados. As dimensões delimitadas foram:

1. Identificação do entrevistado: objetivou traçar o perfil dos eleitores participantes da pesquisa;
2. Visão sobre o voto e processo eleitoral: visou compreender qual a concepção dos eleitores acerca do Voto e do Processo eleitoral, bem como a importância que estes atribuem a estas ferramentas;
3. Cenário político em Paço do Lumiar: buscou identificar o pensamento dos eleitores acerca do atual cenário político e compreender até que ponto estes se responsabilizam por ele;
4. Informação e voto - fatores de influência para o processo eleitoral: pretendeu investigar se os eleitores utilizam a informação como ferramenta de auxílio para a escolha do voto.

Os critérios estabelecidos para definir os sujeitos aptos a participar da pesquisa foram ter entre 16 e 65 anos ou mais, e ser votante do município de Paço do Lumiar. Afim de delimitar o perfil dos eleitores respondentes, utilizou-se as variáveis Sexo, Faixa Etária, Religião e Raça. Foram aplicados 45 questionários, 25 online através da ferramenta *Google Forms* e 20 presencialmente.

Inicialmente, utilizou-se a modalidade digital para a aplicação dos questionários. Desta forma, os questionários foram enviados primeiramente para três grupos do *Whatsapp* com moradores residentes do município em questão. Entretanto, o retorno dos questionários respondidos era baixo. Em seguida, adotei a estratégia de enviar o questionário no chat pessoal de alguns residentes de bairros variados do município, por meio do *Whatsapp*. Observou-se que

²FERREIRA, Mary (org.). **Mulheres, Protagonismos e Sub-representação: Dados para pensar e transformar as relações de gênero na política do Maranhão**. São Luís: NIEPEM - São Luís, MA, 2019.

desta forma, o retorno foi maior. Após o alcance das 25 respostas, iniciou-se a aplicação presencial dos questionários.

Na modalidade presencial os questionários foram aplicados em 4 visitas a pontos de aglomeração de pessoas, sendo duas destas no bairro do Maiobão, uma no bairro do Paranã e uma na sede do município. É válido mencionar que a aplicação do questionário atrelou-se ao bairro Maiobão e suas proximidades devido ao contexto pandêmico que ainda seguia fortes protocolos de isolamento no período desta etapa. A primeira visita foi realizada na Praça da Família - Viva Maiobão, localizada na rua 37, Bairro Maiobão, Paço do Lumiar, CEP 65130-000. A escolha por este local se deu devido ser um ponto de encontro para várias pessoas que se dirigem a esta praça para realizar exercícios físicos. Nesta ocasião encontravam-se presentes pessoas de várias faixas etárias. Seguiu-se para a abordagem dos moradores e apresentação da pesquisa. Após concordarem em participar, os questionários foram entregues para que estes pudessem responder. A segunda visita foi realizada no Bairro do Paranã, na avenida Contorno Sul. A escolha deste local deu-se devido à proximidade com o bairro do Maiobão e a forte movimentação de pessoas. A terceira visita foi realizada na Feira do Maiobão, localizada na rua 101, Bairro Maiobão, Paço do Lumiar, CEP 65130-000. Nesta ocasião a variedade de pessoas também era grande. A quarta e última visita foi realizada na praça localizada na Rua principal do município de Paço do Lumiar. A escolha por este local se deu também devido à forte movimentação de famílias que utilizam a praça como ponto de encontro.

A principal dificuldade encontrada na aplicação presencial dos questionários foi a resistência dos moradores a participar da pesquisa, pois muitas pessoas abordadas ficavam receosas quando eram informadas acerca da temática da pesquisa, acreditando ser uma pesquisa partidária. Outra dificuldade foi percebida no momento em que os informantes respondiam as perguntas, alguns respondentes não sabiam aprofundar suas concepções sobre o voto e sua relevância, outros demonstravam desinteresse em responder as questões abertas e ainda havia alguns respondentes que aparentavam ter medo de serem identificados. Estas dificuldades corroboram ainda mais para a importância de estudar política e voto na sociedade.

Após a coleta dos dados, utilizou-se a ferramenta *Google Forms* como método quantitativo para a tabulação dos dados quantificados e também o método qualitativo, para analisar as respostas subjetivas dos respondentes e discuti-las fazendo relação com as concepções elencadas no aporte teórico deste estudo.

Desta forma, a presente pesquisa estrutura-se da seguinte forma:

- Introdução: Contextualização do objeto de estudo, problema, objetivos, procedimentos metodológicos adotados e justificativa.

- Revisão de literatura: Abordagem do paradigma da informação na sociedade e seu papel para o desenvolvimento da Cidadania, levantamento histórico do processo eleitoral no Brasil, e resgate de concepções para a definição de Estado e Democracia Representativa.

- Objeto de investigação: Apontamentos para a caracterização do campo de pesquisa que é o município de Paço do Lumiar e apresentação de indicadores sociais que permitem analisar as principais necessidades dos cidadãos locais.

- Resultados: Apresentação dos dados e resultados coletados na pesquisa de campo.

- Conclusão: Inferências dos dados coletados na pesquisa.

- Referências bibliográficas: Obras consultadas.

- Apêndice: Questionário utilizado para aplicação da pesquisa.

2 INFORMAÇÃO E VOTO COMO INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO

Esta seção destina-se a discutir o papel da informação como elemento de fortalecimento e desenvolvimento da consciência cidadã na sociedade, bem como o levantamento histórico do voto e do processo eleitoral no Brasil com vistas a apresentação do panorama democrático e seu funcionamento no Estado Representativo brasileiro, por fim aprofunda a perspectiva de democracia e sua expansão no ideário representativo.

2.1 Informação como mecanismo de fortalecimento da cidadania

Ao analisar o surgimento das sociedades nos deparamos com diversos modelos de organização da vida onde cada momento histórico possui particularidades quanto aos hábitos, costumes, organização política, formas de trabalho e cultura. Toffler (1980) descreve em seu livro “A terceira onda” três momentos cruciais - ou três ondas - para a transformação da história humana. A primeira onda foi a transição das civilizações nômades para as civilizações sedentárias por meio do desenvolvimento da agricultura, cerca de 12 mil anos atrás; a segunda onda deu-se através da Revolução Industrial, movimento de transição do processo de manufatura para indústria mecânica que teve início na Inglaterra, no século XVIII (dezoito), o que proporcionou profundas renovações na economia, nas relações de trabalho e no estilo de vida; e a terceira onda iniciou-se por volta de 1950 devido ao surgimento das TICs, este cenário proporcionou transformações intrínsecas na estrutura social em diversos setores: cultural, social, político e filosófico.

A erupção da Segunda Guerra Mundial e posteriormente da Guerra Fria foram fatores decisivos para a revolução científica e técnica. Estes momentos de tensão geopolítica entre dois grandes blocos e a emergência em buscar formas de se destacar no cenário mundial ocasionou a realização de grandes feitos para a Ciência. Como exemplos, podemos mencionar os dispositivos de geolocalização (*Global Positioning System* - GPS), câmeras digitais, mensagens via rádio, aumento da escala produtiva na indústria farmacêutica, os computadores e até mesmo a internet. (ARRUDA, 2013).

A distribuição da maioria destes dispositivos era restrita ao uso militar até a década de 1990. Inicia-se a partir deste momento a comercialização e distribuição de dispositivos informáticos para o público geral. Neste período o surgimento dos microcomputadores e *mainframes* viabilizou, segundo Castells (1999, p. 89), a velocidade no processamento e compartilhamento de dados haja vista que “[...] os usuários já tinham acesso à rede com uma série de aparelhos especializados [...] distribuído em todos os setores da vida e das atividades em casa”. Outro fator elencado por Castells é o desenvolvimento da telefonia móvel que, através

da banda larga, permitiu o compartilhamento de áudios, imagens, textos, dados que se comparam aos dados compartilhados atualmente via *WhatsApp, Instagram, Facebook*.

Todos os fatores citados anteriormente contribuíram para realçar a questão da informação na sociedade. A incorporação das tecnologias infocomunicacionais no cotidiano da vida em geral promoveu o uso da expressão “sociedade da informação” como meio para definir o comportamento humano moderno. Werthein (2000, p. 73) insere a relação entre as Forças Militares e a Ciência como impulso para a eclosão da sociedade baseada na integração das redes, no entanto o autor atribui ao Estado o empenho para o desenvolvimento da sociedade da informação:

O avanço tecnológico no novo paradigma foi em grande parte o resultado da ação do Estado e é o Estado que está à frente de iniciativas que visam ao desenvolvimento da “sociedade da informação” nas nações industrializadas e em muitas daquelas que ainda estão longe de ter esgotado as potencialidades do paradigma industrial. [...] um olhar sobre a experiência concreta das sociedades de informação permite revelar como a reestruturação do capitalismo e a difusão das novas tecnologias da informação lideradas e/ ou mediatizadas pelo Estado estão interagindo com as forças sociais locais e gerando um processo de transformação social.

Posto isso, as transformações advindas do desenvolvimento da sociedade da informação moldaram o comportamento humano em muitos aspectos. Toffler (1980, p. 9, tradução nossa) pontua algumas considerações acerca deste novo comportamento:

Esta nova civilização traz consigo novos estilos de família; diferentes formas de trabalhar, amar e viver; uma nova economia; novos conflitos políticos; e, além de tudo isso, uma consciência modificada também. Fragmentos desta nova civilização já existem hoje. [...] A civilização nascente escreve para nós um novo código de conduta e nos leva além da uniformidade, sincronização e centralização, além da concentração de energia, dinheiro e poder.

Nesta nova estrutura social, a informação ganha um valor especial que vai muito além de uma mercadoria produzida ou um simples elemento do dia a dia. Hodiernamente, a informação é capaz de moldar as relações humanas em seus aspectos mais íntimos e definir os papéis sociais em nossa realidade. Desta forma, a revolução tecnológica possibilitou um cenário informacional completamente moderno guiado pela convergência de vários tipos de tecnologias. A integração de dispositivos de processamento de dados permite alterar substancialmente as formas de comunicação assim a geração e aplicação do conhecimento estão diretamente ligadas às tecnologias da informação, a velocidade no processamento de dados, o compartilhamento de redes e criação de softwares cada vez mais autônomos permitem inferir que tais dispositivos - de processamento, como afirma Castells (1999) - são elementos centrais neste novo horizonte técnico científico.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. [...] O ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no novo paradigma tecnológico. Conseqüentemente, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. (CASTELLS, 1999, p. 69)

Werthein (2000, p. 72) guiado pelo pensamento de Castells (1999) observa que a tendência mundial dominante de direcionamento para a sociedade da informação define o paradigma da tecnologia da informação, o qual apresenta “[...] a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade.”

Castells (1999) elucida cinco características deste novo paradigma:

1. A informação como matéria-prima: Nas revoluções tecnológicas anteriores, a informação era o meio para agir sobre as tecnologias. Agora são as tecnologias que se desenvolvem para permitir ao homem agir sobre a informação;
2. Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: Os processos de existência humana, individual e coletivos, são moldados pelo novo cenário tecnológico;
3. A presença da lógica de redes: As novas tecnologias da informação permitem a implementação da lógica de integração nos mais diversos processos da atividade humana;
4. Flexibilidade: a capacidade de reconfiguração dos processos, organizações e instituições facilitados pelas novas tecnologias;
5. A convergência tecnológica para a integração de sistemas: Os mais diversos tipos de dados e seus processadores unem-se nos Sistemas de Informação.

Como consequência do paradigma apontado pelo autor, todos os espaços de interação foram transformados através da inserção tecnológica no bojo da vida humana haja vista que estas “[...] constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e [...] modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.” (CASTELLS, 1999, p. 565).

Daniell Bell (1974) preceituou que o conhecimento seria a base para a sociedade da informação, o que resultaria na adoção dos serviços baseados no conhecimento como estrutura central da nova economia. 26 anos mais tarde, Castells (1999) também analisou a nova economia e descreve suas características como Informacional, uma vez que a produtividade e competitividade dos agentes econômicos dependem da capacidade de manusear a informação

baseada em conhecimento; Global, porque as atividades dos agentes econômicos estão organizadas em escala global, através de uma rede de conexões; e Em Rede, tendo em vista que a produtividade e a concorrência são geradas em uma rede global de interação entre redes empresariais.

Sendo assim, Burch (2005, p. 2) aponta que o conceito de “Sociedade da Informação” enquanto construção política e ideológica passou a ser empregado através do processo de globalização tendo em vista o desejo de instalação de um mercado financeiro “aberto e auto-regulado”, decorrente do arcabouço econômico visualizado na sociedade moderna.

Ataíde (1997) pontua, no entanto, que a globalização tornou o mercado financeiro mais agressivo, fator que contribui para o aumento da desigualdade entre as classes. A exploração dos países subdesenvolvidos como fonte de geração de lucros para as grandes empresas, a substituição do trabalho manual pelas máquinas e a exclusão dos jovens de baixa renda do mundo do trabalho são uma realidade cada vez maior no mundo globalizado.

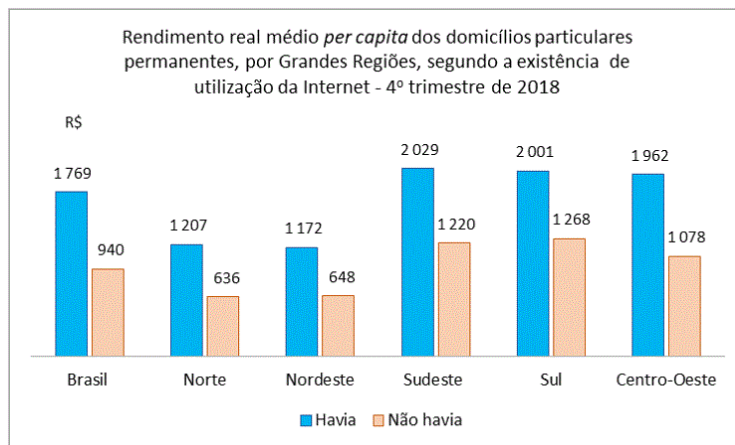
Então, compreendemos que apesar dos efeitos benéficos que a difusão das redes proporcionou no delineamento de uma sociedade baseada no manuseio do conhecimento e informação, há que se ponderar acerca do abismo existente entre as “sociedades da informação” - típicas de países desenvolvidos e altamente industrializados - e as sociedades pobres em informação. Ataíde (1997) reconhece esta segregação como decorrência do processo de globalização e afirma que a exclusão no acesso à informação ocorre a partir da falta de insumos que possam prover acesso aos menos favorecidos economicamente. A autora elenca o pensamento de Drahos (1995) o qual compara a sociedade da informação a uma espécie de sistema feudalista, onde prevalece o interesse dos mais ricos em detrimento ao prejuízo dos mais pobres. Poderíamos contestar as conclusões acima ao levar em consideração que já se passaram quase três décadas desde a concepção destes estudos, no entanto, quando observamos o acesso à internet e a informação em nosso país percebemos que o pensamento dos autores se faz atual.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE (2018), traduz alguns aspectos acerca da exclusão digital no Brasil. Os dados apresentados pela pesquisa informam um aumento de 74,9% para 79,1% no percentual de domicílios que acessam a internet entre os anos de 2017 e 2018, já em relação aos equipamentos utilizados para acessar a rede, a pesquisa apontou que a conexão via *smartphone*, por banda larga 3G ou 4G mantém liderança nos lares (80,2%), seguido do microcomputador (48,1%). Em relação ao acesso à internet no contexto estado do Maranhão, a mesma pesquisa constatou um aumento de 56,1% para 61,4% no percentual de domicílios que acessam a internet na faixa cronológica considerada

acima. Entretanto, não existem registros quanto aos equipamentos utilizados e nem quanto a forma de conexão para os anos entre 2017 e 2018. Apesar dos dados expostos apresentarem aspectos positivos quanto a expansão da acesso à internet, ainda há que se considerar a desigualdade existente na renda *per capita* dos domicílios brasileiros que possuem acesso à rede em comparação aos que não possuem quando analisados por Grandes Regiões

Como pode ser observado no gráfico abaixo, existe uma disparidade das regiões Norte e Nordeste em referência às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

GRÁFICO 1 – Rendimento *per capita* por Grandes Regiões



Fonte: IBGE (2020)

No tocante aos indicadores da Educação, a pesquisa constatou que em 2018 o índice de analfabetismo alcançou a marca de 6,8% (11,3 milhões) entre pessoas de 15 anos ou mais de idade, no entanto na faixa etária de pessoas de 60 anos ou mais de idade, observa-se a expressiva marca de 18,6%, o que representa cerca de 6 milhões de idosos não alfabetizados. Com relação à raça dos analfabetos, observou-se que a taxa de alfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais de idade era menor entre brancos, chegando a 3,9%, em relação aos pretos e pardos, que atingiu a marca de 9,1%. A pesquisa também constatou que 52,6% das pessoas na faixa etária de 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio. A região que mais se destacou nesse quesito foi o Nordeste, onde esta taxa chegou a 61,1% dos entrevistados.

Os indicadores apontados pela pesquisa representam os desafios do Estado perante a Globalização e a Sociedade da Informação. Ferreira (2003) comenta que, no contexto brasileiro, os desafios que impedem a consolidação de uma Sociedade cuja a base seja Informação provêm da exclusão digital, do analfabetismo, da desigualdade na distribuição de riquezas e da exclusão digital e afirma que é preciso que o Estado visualize a informação como uma ferramenta para a gestão e o desenvolvimento do país. O autor preconiza o papel dos governos no desenvolvimento de políticas de acesso à informação:

Tais políticas, de natureza particular, referem-se às diretrizes e ações estratégicas capazes de orientar o uso eficaz desse recurso no campo da cultura, da política e da economia brasileira na sociedade da informação de acordo com os novos paradigmas, tais como a descentralização de processos, otimização de custos, participação social direta nas decisões políticas e gestão dos serviços públicos, bem como o livre acesso do cidadão à informação pública. (FERREIRA, 2003, p. 38)

Ferreira (2003) enfatiza que a informação, no atual paradigma tecnológico informacional, assume o papel da manutenção da soberania do estado, onde a utilização deste recurso deve estar direcionada “[...] para a análise da realidade social e subsequente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas* que promovam o bem-estar da coletividade.” (FERREIRA, 2003, p. 37). É necessário que a informação esteja projetada na sociedade como estratégia de manutenção da construção cidadã, voltada às melhorias sociais e ao avanço nos indicadores econômicos, educacionais, de saúde, diminuição da miséria e da fome, igualdade de gênero, diminuição da violência doméstica, entre outros.

Portanto, cabe a escopo deste estudo desvelar a informação e os dispositivos tecnológicos à luz do exercício da cidadania com vistas à efetivação do aumento na participação nas decisões da vida pública, o acompanhamento das atividades governamentais, a busca pelo voto responsável e a compreensão do processo eleitoral.

A cidadania está intrinsecamente relacionada à formação de espaços democráticos que expressam a vontade popular, portanto esta se consolida como um pilar essencial da sociedade brasileira. Mas o que significa ser cidadão? Para Garcia (2011, p. 69) a cidadania pode ser visualizada no plano jurídico e sociológico:

No primeiro, assume os contornos traçados pela ordem jurídica, em especial pela Constituição, indicando os direitos e os deveres que alcançam o indivíduo enquanto célula da sociedade e destinatário do poder estatal. No segundo, por sua vez, atua como fator de aglutinação de referenciais éticos, ecológicos e democráticos; o status de cidadão é atribuído àqueles que estão efetivamente inseridos no contexto social, observando certos padrões comportamentais, de natureza normativa ou não, e tendo reconhecidos certos direitos que se mostram essenciais à própria espécie humana. (GARCIA, 2011, p. 69)

Na concepção do autor, destaca-se em ambos os planos a participação do cidadão no contexto social sendo este aceito como parte ativa componente da sociedade, sugerindo quase um consenso para as duas propostas. Podemos inferir então, que a cidadania é um instrumento de inserção do indivíduo na coletividade, é um meio de garantir a voz, o espaço e a permanência do homem na vida pública social.

Garcia (2011) traz a cidadania sob a ideia de um status, conferido àqueles que participam da esfera pública e política. Trazendo esta referência para o cotidiano social, o “status” de cidadão em nossa sociedade, em geral, é garantido àquele que paga seus impostos, suas contas,

está em dia com a lei, tem uma moradia fixa, ou seja, àquele que cumpre suas “obrigações sociais”.

Botelho e Schwarcz (2012), argumentam que não há um consenso para definir a cidadania, sendo este um conceito em construção. Estes enfatizam que o termo ganhou relevância no meio político na *pólis* grega. Posteriormente, durante o período medieval, esse termo destacou-se nas obras de Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que firmaram a tradição contratualista. O contratualismo inseriu a filosofia política de que existe uma espécie de contrato ou ainda pacto social que remove da humanidade seu estado de natureza plena, este pacto surge com a finalidade de tornar a convivência humana harmônica. Conseqüentemente, a concepção de cidadania que temos hoje se fortaleceu a partir do pensamento destes autores e posteriormente nos processos de urbanização e da luta pela cidadania à luz dos direitos e deveres civis.

A esta senda não podemos esquecer da luta pelo direito à cidadania das mulheres, iniciada em 1791 pela feminista francesa Olympe de Gouges (1748-1793). Olympe foi uma dramaturga e ativista política responsável pela criação da “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, ela acreditava na emancipação do sexo feminino e propôs esta declaração como forma de evidenciar os direitos e deveres naturais inalienáveis e sagrados da mulher, como argumenta Olympe:

A lei deve ser a expressão da vontade geral; todas as cidadãs e cidadãos devem colaborar pessoalmente ou por seus representantes, para a sua formação; ela deve ser igual para todos: todas as cidadãs e todos os cidadãos, sendo iguais frente a ela, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, de acordo com sua capacidade, e sem qualquer distinção a não ser por suas virtudes e seus talentos. (GOUGES, 1791, p. 1)

Este documento foi exarado em 1791 e encaminhado à Assembleia Nacional da França para posterior aprovação. Entretanto, os ideais de igualdade de Olympe foram considerados perigosos e esta foi conduzida à morte, tendo sido guilhotinada em praça pública.

Cronologicamente, pode-se afirmar que a declaração escrita por Olympe foi um marco inicial para a luta da cidadania das mulheres. Porém, é válido destacar que no contexto brasileiro destaca-se Nísia Floresta³ ou Dionísia Gonçalves Pinto (1810 – 1885), educadora, escritora e poetisa brasileira, que lutou pelo acesso das mulheres à educação e conseqüentemente pela cidadania das mulheres tendo em vista que a Cidadania perpassa pelo

³ FERREIRA, Mary (org.). **Mulheres, Protagonismos e Sub-representação: Dados para pensar e transformar as relações de gênero na política do Maranhão**. São Luís: NIEPEM - São Luís, MA, 2019.
ALMEIDA, Cleide; DIAS, Elaine. **Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina**. Revista Historia de la Educación Latinoamericana, vol. 13, 2009, p. 11-27.

domínio do conhecimento. Nísia propôs que a educação para as meninas devia abordar o conhecimento geral e o estudo de línguas, bem como estimulou a educação física e condenou o uso do espartilho para as meninas. É interessante citar que no contexto maranhense destaca-se Maria Firmina dos Reis⁴ (1822 – 1917), educadora e primeira romancista negra brasileira, que assim como Nísia travou uma batalha pelo acesso das mulheres a educação em uma época onde as mulheres eram vistas como donas do lar e delegavam sua vida a prática doméstica.

Desta forma, sob a ótica da participação dos homens e mulheres na vida pública, podemos elencar também o pensamento de Benevides (1991). A autora admite a cidadania como um processo ativo de participação pública sob o plano da atividade legislativa e da definição de políticas governamentais, por meio dos mecanismos de Referendo, Plebiscito e da Iniciativa Popular admitidas na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB). Neste sentido, a efetivação da cidadania através da participação popular não é um mero favor político, mas sim a concreta realização da soberania popular, considerando-se que a “[...] cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação, controle sobre o poder ou poderes.” (BENEVIDES, 1991, p. 21).

Bobbio (1986) por sua vez, comenta que não basta a cidadania ser efetivada pela participação nas decisões coletivas. Ele afirma que para a definição mínima de um sistema democrático é necessário que os cidadãos estejam postos frente a alternativas reais de decisão e que exista a possibilidade de os cidadãos escolherem entre estas; e que no processo decisório estes possam gozar dos direitos de liberdade de expressão e de livre pensamento. Para o melhor funcionamento do prisma democrático no país, o acesso à informação é um pilar essencial que vai de encontro à necessidade de clareza e conhecimento acerca das competências atribuídas aos órgãos dos poderes do Estado.

Desta forma, à luz do desenvolvimento da cidadania através da informação e do processo de participação na vida pública, pode-se relacionar a Lei nº 12.527/2011, conhecida como LAI, já citada na introdução deste estudo, como instrumento catalisador dos processos e cidadania, como o voto, a participação na vida pública política, o engajamento em causas sociais até mesmo na elucidação da consciência crítica cidadã. A LAI é um recurso importante para a análise transparente da efetividade das competências atribuídas aos entes públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

⁴ <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>

O percurso de democratização da informação pública no Brasil tem uma história recente. Apesar da LAI ter sido implementada em 2011, muitas normas que preconizavam o acesso à informações de natureza pública a antecederam:

A primeira delas foi a Lei nº 8.159, de 1991, que instituiu a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Em 1997 surgiu a Lei nº 9.507, a respeito do rito processual do habeas data. Já em 1998 foi elaborada a Emenda Constitucional nº 19, que alterou o art. 3º, passando a prever o dever de a Administração Pública prover o acesso às informações públicas. Em 1999 foi promulgada a Lei nº 9.784, referente ao processo administrativo. Em 2000 passou a vigorar no ordenamento jurídico brasileiro a Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Mais adiante, o Portal de Transparência do Poder Executivo Federal lançado em 2004. No ano de 2009, a Lei Complementar nº 131, acrescentou dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal. (BRITO, 2018, p. 10)

A implementação da LAI surgiu da necessidade de um recurso de regulamentação da disponibilidade do acesso às informações competentes como forma de combater o sigilo nas atividades dos órgãos públicos e promover a transparência em todas as atividades governamentais. A LAI compete à disponibilização de informações à todos, tendo em vista seu interesse particular ou coletivo. Este acesso está previsto na CRFB, como contempla o artigo 5º em seu inciso XXXIII:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988, não paginado)

Subordinam-se à LAI todos os órgãos públicos da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Cabe ainda a aplicação da lei às entidades privadas sem fins lucrativos cujos recursos sejam públicos. Deste modo, lei determina que os órgãos subordinados devem se responsabilizar pela disponibilização do acesso à informação preconizando sua proteção “[...] garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade”, mediante “[...] procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.” (BRASIL, 2011, não paginado)

Podemos concluir que a instauração da LAI no Brasil é um grande avanço para a melhoria dos processos democráticos uma vez que disponibiliza informações pertinentes à todos que possam se interessar em conhecer melhor e mais detalhadamente as ações dos órgãos públicos, responsáveis pelo bom funcionamento da sociedade, no que diz respeito aos direitos e deveres do cidadão. A oportunidade de acessar informações, ora sigilosas ao público, representa a chance dos cidadãos conhecerem e compreenderem mais profundamente as competências do setor público e ainda observar se suas ações acompanham estas competências.

Sendo assim, a sociedade pode se preparar melhor para as tomadas de decisão da vida pública e até mesmo buscar se engajar em posições de liderança política, como forma de preencher as lacunas existentes no setor público. Como exemplo deste cenário, podemos citar o aumento da representação negra nos espaços de poder, como ocorreu nas eleições municipais de 2020. Segundo dados divulgados pelo TSE (2020) 40% de candidatos negros foram eleitos nas eleições de 2020, no primeiro turno, sendo 1.730 para o cargo de prefeito. Há que se comentar, porém que este número ainda é uma sub-representação no total de candidatos eleitos, havendo ainda um longo caminho para a construção de uma representação igualitária.

A democratização da informação, seja ela de natureza pública ou não, é um avanço para a construção da cidadania. Entretanto, não basta a disponibilização da informação, é necessário o interesse dos cidadãos em buscá-la e utilizá-la para investigar os atos do poder público e compreender a máquina estatal que rege a sociedade.

Porém, observa-se que no Brasil, há entre os cidadãos um grande desinteresse por assuntos pertinentes ao funcionamento do poder público. Este desinteresse está relacionado à má estruturação da sociedade devido à pobreza, a baixa escolaridade, a fome, a falta de recursos de lazer e sobretudo a ausência de espaços informacionais públicos que facilite e garanta o acesso dos cidadãos à informação. Desse modo é importante lançar alguns questionamentos: Como uma pessoa que não teve acesso à educação e não aprendeu sua importância para a construção de uma sociedade igualitária pode se interessar pelos processos que envolvem a atividade pública? De que forma uma pessoa que não tem recursos básicos para acessar a informação pode se interessar pela democratização do conhecimento?

É preciso também considerar que a cidadania deve ser encarada não apenas como exercício da participação popular. A consciência cidadã deve aflorar na mente dos indivíduos como instrumento para garantia de direitos, mas também de deveres que iluminam o cidadão como parte componente da sociedade. Entretanto, esta consciência não nasce sozinha, é por meio do processo educacional que ela se desenvolve nos indivíduos.

Relaciono e retomo o pensamento de Ataíde (1997) ao elencar a importância da implementação de uma política de subsídios para a disponibilização de dispositivos de acesso à informação em espaços educacionais - como por exemplo Bibliotecas, Escolas e Centros Comunitários - como estratégia de confrontação às desigualdades que despontam do avanço da Globalização. Para a autora, examinar e acompanhar as mudanças impostas pela emergente sociedade da informação ou sociedade em rede é um exercício cidadão que pode garantir avanços importantes para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Esta abordagem favorece a discussão acerca do papel da biblioteca sob dois aspectos: a biblioteca como recurso de auxílio no processo de ensino aprendizagem e utilização de recursos tecnológicos; e a biblioteca como espaço público de cultura, lazer e de difusão de recursos tecnológicos para a sociedade.

O manifesto da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e a Cultura (UNESCO)c (1994) fomenta a atuação das bibliotecas públicas no estímulo à educação e alfabetização da sociedade visto que elenca atividades de apoio à educação individual/autodidata e a educação formal, bem como o suporte adequado no manuseio dos computadores aos usuários e a participação e apoio das bibliotecas nos programas de alfabetização a todos as idades como missões básicas da biblioteca pública.

Andrade e Magalhães, em 1979, já reconheciam o papel informacional da biblioteca pública ao elencá-la como ferramenta de suporte à educação formal, aquela que apresenta características de obrigatoriedade e é prevista em lei; e a educação informal, a qual apresenta desvinculação do sistema tradicional. Em diálogo a proposição dos autores acima, Bernardino et al. (2013, p. 6) afirma que a função educativa da biblioteca pública “[...] corresponde às atividades que complementarão a educação formal e possibilitarão aos usuários a apropriação do conhecimento”. Nota-se que todas as inferências realizadas acerca do papel educativo da biblioteca são de extrema relevância para a construção da cidadania, tendo em vista a necessidade de inclusão digital e difusão do saber à toda comunidade usuária das bibliotecas. Priorizei discorrer primeiramente acerca da biblioteca pública tendo em vista que seu alcance é muito mais amplo na sociedade. Por último, mas não menos importante, preconizo a relevância da biblioteca escolar e universitária para o processo educacional.

Bichieri e Almeida Júnior (2013, p. 43) elencam a importância da biblioteca escolar para a mediação e estímulo da leitura na comunidade escolar afirmando que esta “[...] deve contar com espaço, ambiente e acervo que promovam a leitura e atendam às necessidades informacionais dos alunos, professores e demais membros da escola.” No entanto, os autores alertam que não basta a existência de uma biblioteca escolar com um grande acervo ou uma boa estrutura, é necessário a atuação de um bibliotecário competente e engajado nas atividades escolares que busque conhecer as preferências e sanar as dúvidas de seus usuários, onde sua função esteja além de um mero “guardião de livros”. Os autores comentam ainda a participação do bibliotecário no Projeto Pedagógico da escola:

O bibliotecário escolar (leitor, mediador e educador), inserido em sua comunidade, tem como uma de suas atividades, participar do projeto pedagógico atuando junto a professores, alunos, funcionários e familiares de alunos, num trabalho de cooperação e participação, de forma a tornar a

biblioteca escolar um espaço dinâmico na escola, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. (BICHERI; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 44)

No contexto escolar, o gosto pelo público infanto-juvenil é outro fator importante, uma vez que é necessário ponderar as práticas de leitura que agradam a este público. A busca pelas práticas e temas de leitura que agradem a estes usuários é essencial para fomentar a aproximação entre livro e leitor e garantir o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de extrapolar o senso comum desde a tenra idade.

Por outro lado, Campello (2010) se propôs a analisar a prática exclusivamente educacional do bibliotecário escolar no Brasil. Em pesquisa realizada tendo como base uma amostra de 28 bibliotecários da rede de ensino público e particular, a autora identificou 4 (quatro) finalidades da prática educativa do bibliotecário que serão apresentadas a seguir:

- a) Promoção da biblioteca: organiza-se o espaço da biblioteca de forma agradável com vistas à atração do usuário a um espaço de leitura vivo e dinâmico;
- b) Promoção da leitura: utiliza-se nesta função as mais diversas estratégias de estímulo à leitura para que o leitor possa estar mais próximo não apenas do ambiente da biblioteca, mas sobretudo do mundo da leitura;
- c) Formação do leitor: estimula-se a leitura livre de cobranças e obrigações de forma que o leitor possa escolher ao seu bel-prazer a leitura que mais lhe agrada;
- d) Orientação da pesquisa escolar: apesar de não ser uma prática generalizada entre os bibliotecários entrevistados, evidenciou-se a orientação da pesquisa escolar em três aspectos: seguir as etapas da pesquisa, usar fontes de informação e normalização do trabalho escrito.

Todavia, nem sempre a biblioteca escolar é um espaço dinâmico e de difusão do saber. Esta função dependerá das atividades desenvolvidas pela biblioteca e pelos bibliotecários que compõem seu funcionamento. Em muitos casos, mais comumente em escolas públicas, não existem cargos para bibliotecários, onde são designadas pessoas despreparadas para atuar como profissional da informação. Outro ponto alarmante é o fato de que, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2018), 55% das escolas públicas e privadas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura. Ainda há um longo caminho a percorrer para que a biblioteca escolar seja reconhecida e valorizada como deve ser, no entanto os apontamentos acima mostram que a biblioteca escolar é um espaço essencial para a construção de um processo de ensino aprendizagem rico em acesso à informação. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2018)

No tocante à difusão do saber e o acesso à informação no âmbito universitário, há que se considerar a expansão do Ensino Superior no Brasil por meio de iniciativas do Ministério da Educação (MEC), como o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e o crescimento da rede privada de ensino superior, programas os quais permitiram um expressivo aumento no número de ingressantes em universidades conceituadas em todo o país.

O Censo da Educação Superior (2019) expõe que entre 2009 e 2019 a matrícula nas redes de ensino superior público e privada aumentaram 43%, sendo a média anual de crescimento 3,9%. Acerca da expansão do ingresso no ensino superior privado, o censo apontou um crescimento de 87,1% de 2009 para 2019. Outro fator que contribuiu para este acesso foi a instituição do Sistema de Cotas através da lei nº 12.711/2012, a qual garante a reserva de 50% das vagas nos cursos de ensino superior e ensino médio técnico para negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas com renda até 1,5 salário mínimo *per capita*. Então, a expansão do ensino superior permitiu a inclusão de alunos de todas as classes sociais em universidades conceituadas em todo o país.

O Mapa do Ensino Superior de 2019 apontou um salto no número de matrículas de negros e pardos nas Universidades entre os anos de 2010 - 2018:

QUADRO 1 - Número de Matrículas no Ensino Superior por raça entre 2010 e 2018

Matrículas	Número de matrículas - 2010	Número de Matrículas - 2018
Branco	1.135.869	2.754.440
Negro	136.988	466.258
Pardo	500.815	1.817.023
Indígena	7.631	48.076

Fonte: adaptado do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP) (2019)

O Mapa do Ensino Superior de 2019 apresenta ainda o perfil dos alunos ingressantes no Ensino Superior: quanto ao gênero a pesquisa revela que 57% das matrículas em ensino superior são de mulheres; quanto à raça constatou-se que a maioria das matrículas são de pessoas brancas

na rede privada (55%) e na rede pública (48,8%), com relação aos negros observa-se que seu ingresso é maior na rede pública (11,4%) e menor na privada (7,9%); quanto à renda *per capita* revelou-se um aumento de 3,2% na matrícula de alunos cuja renda é de 0,5 salário mínimo até 1,5 salário mínimo e de 4,1% na matrícula de alunos cuja renda máxima é 0,5 salário mínimo.

Embora os dados apresentem um tímido avanço na inserção das classes inferiorizadas socialmente, Oliveira (2015) compreende que estas medidas de expansão do ensino superior ainda são insuficientes para suprir as carências educacionais do Brasil tendo em vista a debilidade do ensino básico e a ausência de equidade nos recursos informacionais e educacionais para os estudantes.

Considerando a expansão do sistema de ensino superior no Brasil, podemos considerar que nem sempre os ingressantes das universidades possuem domínio sobre as fontes adequadas de informação e os dispositivos de acesso. Caregnato (2000) enfatiza que no contexto da universidade, as práticas educacionais e o acesso à informação incidem sob o apoio à tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. A autora considera que as práticas informacionais das bibliotecas universitárias devem estar voltadas à aprendizagem de métodos e técnicas de manuseio dos recursos informacionais, tendo em vista a necessidade que emerge em utilizar os novos meios tecnológicos para a exploração da informação.

Tendo em vista o atual contexto pandêmico e a necessidade de adaptação do trabalho e do estudo para o ambiente online há que se comentar acerca das bibliotecas digitais que se destacam nesse período como uma expressiva ferramenta de disponibilização de materiais bibliográficos e acesso à informação e até mesmo para fomentar o acesso ao lazer e a cultura dentro dos lares brasileiros. Bibliotecas de institutos federais, de universidades e bibliotecas nacionais de vários países disponibilizaram acesso gratuito a milhares de materiais e serviços digitais. Percebe-se que mesmo em período de isolamento social a biblioteca busca cumprir sua missão de disseminar informações para a sociedade. (SIBI, 2020); (SALLES, 2020); (UNESCO, 2020)

Podemos perceber através das discussões elencadas acima que a biblioteca é um espaço essencial para a diminuição no cenário de exclusão do acesso à informação e para o fortalecimento da consciência cidadã. O papel da Biblioteca alcança horizontes que vão muito além de um simples depósito de livros. A biblioteca é um organismo vivo e mutável capaz de se adaptar às transformações da sociedade e do tempo. Como bem reconhece Luís Milanesi, “[...] ela [a biblioteca] é o espaço informativo da população (para o seu uso e dentro do âmbito dos seus interesses)”. (MILANESI, 1986, p.186). Desta forma, o espaço da biblioteca pode e deve ser utilizado como ferramenta para sanar as dúvidas dos cidadãos acerca dos vários

processos que envolvem o exercício da cidadania. A busca por informações sobre o processo eleitoral, a participação popular nos espaços de decisão da vida pública e as próprias obras que referenciam o tema são alguns dos exemplos que caracterizam o uso da biblioteca para o fortalecimento democrático.

Diante dos levantamentos realizados até aqui, compreendemos que a cidadania está diretamente relacionada à democratização da informação, uma vez que só por meio do conhecimento e da percepção acerca das conjecturas políticas que cerceiam a sociedade é possível efetivar alterações na realidade desigual imposta a tanto tempo diante de nós.

2.2 O voto consciente como instrumento de mudança social

O voto é atualmente uma das principais expressões do Estado Democrático de Direito e é oferecido sob o plano da soberania do povo, com a finalidade de escolha para representações populares. Seu surgimento no Brasil é longínquo, data do século XVI o primeiro registro eleitoral que se tem conhecimento: em 1532 os votantes de São Vicente, município do estado de São Paulo, votaram de forma indireta para a escolha de oficiais do Conselho Municipal local. (AGÊNCIA SENADO, 2006).

A trajetória do voto em nosso país é marcada por muitas mudanças e divide-se em quatro fases: Império, República Velha, Pós primeira República até o Regime Militar de 1964 e do Regime Militar até a democracia atual.

Durante o Brasil Imperial as eleições eram regulamentadas através da primeira constituição brasileira, a Constituição Política do Império do Brasil, outorgada por Dom Pedro I (1798 - 1834) em 25 de março de 1824, após a proclamação da independência. Esta data marca o início da constitucionalidade no Brasil tendo em vista a necessidade de novas configurações políticas naquele momento.

Nicolau (2002) indica aspectos importantes que nos permite compreender como funcionava o sistema eleitoral na fase Imperial. Um dos pontos mais importantes destacados pelo autor é a não universalidade do voto. Existiam uma série de parâmetros a serem cumpridos para definir quem estava apto a votar. Este processo se dava através do alistamento eleitoral que ocorria no dia das eleições (entre 1824 e 1842), em cada paróquia havia uma mesa eleitoral presidida por um juiz que analisava os eleitores. A partir de 1842 este alistamento acontecia anteriormente à eleição. As votações eram restritas a homens acima de 25 anos, com renda anual de 100 mil réis por ano para ser votante e 200 mil réis para ser eleitor. Mulheres e escravos não podiam votar, já os escravos libertos podiam votar em eleições de primeiro grau - aquela onde decidiam os eleitores. Outro aspecto observado pelo autor é a limitação aos analfabetos entre 1824 e 1842 pois exigia-se que a cédula do voto fosse assinada, posteriormente permitia-

se que os analfabetos fossem votantes e eleitores pois a taxa de analfabetos em cada paróquia era alta. Somente em 1881, com a publicação da Lei Saraiva, os analfabetos foram proibidos de votar, o que causou grande decréscimo no eleitorado tendo em vista que grande parte da população eleitoral era analfabeta. (BRASIL, 1981).

À época, os cargos designados para representação, em âmbito local, destinavam-se a Juiz de Paz e Vereadores, para Assembleia provincial, Câmara dos Deputados e Senado, sendo que para estes três últimos cargos as votações eram indiretas até 1880, nas quais primeiro os votantes escolhiam os eleitores e por fim os eleitores escolhiam os representantes para cada cargo. Um problema comum dessa fase é a ausência de identificação para os eleitores, o que causava fraudes eleitorais. A primeira identificação surgiu apenas em 1875 e foi chamada de título de qualificação. Nela deveria constar dados como nome, profissão, renda, estado civil e até declaração para checar se o votante sabia ler e escrever ou não. Nicolau (2002) comenta que ao longo do tempo as comprovações de dados e rendas tornaram-se mais criteriosas, passando a exigir documentos e certidões. Acerca do sigilo no voto, cabe citar que inicialmente o voto deveria ser identificado, no entanto posteriormente este passou a ser sigiloso e depositado em uma urna, sem nenhum tipo de identificação.

Após esta fase, inicia-se a Primeira República ou República Velha (1889-1930). Neste momento observa-se modificações significativas no sistema eleitoral como a extinção das exigências de renda, a exclusão de analfabetos no processo eleitoral, a redução de idade mínima de 21 anos para homens e a não obrigatoriedade da qualificação e do voto. Um fenômeno importante e comum observado neste período é o Coronelismo de enxada, proposto por Victor Nunes Leal (1914-1985) em sua clássica obra “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”.

Leal (1948, p. 23) o definiu como o:

[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. [...] É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Desta forma, entende-se que o Coronelismo foi um sistema de apoio do poder público em relação ao poder privado, como bem coloca o autor, uma “troca de favores” entre ambos, de forma que o poder privado se alimenta do sufrágio representativo. O autor enfatiza que esse sistema era sustentado pela estrutura agrária brasileira, onde têm-se a figura do “coronel” - aquele que está na posição de liderança local - e sua condição de dono de terras. Desta forma, se por um lado o coronelismo repousa sobre a atuação de um chefe local, não podemos deixar

de considerar “a grande massa de gente”, aquela que é paralela à sua figura, os empregados dos donos de terra que não conhecem seus direitos e “[...] que vive, mesquinamente, [...] e enche as urnas eleitorais” (LEAL, 1948, p. 40).

Leal (1948) evidencia a figura paternalista do coronel como um fator importante para a garantia do seu poder. Muitas vezes o empregado recorria ao seu patrão para pedir favores ou sanar necessidades financeiras. Desse modo, em troca desses favores o empregado era leal e submisso a todos os pedidos do patrão, uma vez que o respeitava e lhe tinha apreço. O autor comenta ainda que os fazendeiros custeavam todas as despesas eleitorais para garantir que o eleitorado comparecesse às urnas no dia da votação, concedendo-lhe transporte, alojamento, alimentação e até mesmo roupas.

Entretanto, nem sempre todos os favores concedidos pelo patrão eram suficientes para garantir a fidelidade de seus empregados, nesse caso, utilizava-se o suborno e a violência para garantir o resultado esperado nas urnas. Qualquer descumprimento do compromisso firmado com o chefe local era motivo de grande repugnância e revolta dos aliados, colocando o empregado e sua família em risco.

Outra observação pontuada por Leal (1948) sobre o qual se firma o coronelismo foi a ausência de autonomia municipal, ou seja, um cenário onde as autoridades estaduais possuíam carta branca para decidir quanto a atribuições que deveriam ser do governo municipal, no entanto, ao mesmo tempo, as autoridades estaduais aceitavam indiscriminadamente os atos do governo municipal, acolhendo por vezes violências e arbitrariedades.

Como resultado do desenvolvimento das sociedades, crescimento de indústrias, refinarias e desenvolvimento de empresas, a urbanização passou a atingir muitas cidades, ampliando o acesso à informação, tecnologias e educação. Não se pode generalizar este cenário, no entanto é inegável que muitos municípios evoluíram exponencialmente o que contribui para o desenvolvimento de uma comunidade mais crítica e pensante. Desta maneira, tais inovações dificultaram o voto de cabresto, todavia não se pode afirmar sua extinção.

Em seguida, surge a fase que compreende os anos 1930 até o Regime Militar de 1964. Há neste período um salto exponencial na construção da cidadania e democracia em nosso país. Vale destacar o governo de Getúlio Vargas (1882 - 1954), 14º e 17º presidente do Brasil, como elemento crucial para inaugurar esta nova fase política no Brasil. Reconhecido como o “pai dos pobres”, Vargas fez uma liderança carismática e incorporou as massas urbanas no processo político através da defesa de causas como a erradicação da miséria e da pobreza. Ele impulsionou ainda o desenvolvimento industrial no país e permitiu autonomia do país sobre a produção de petróleo através da criação da Petrobrás, em 1953. Vargas consolidou as leis

trabalhistas e estabeleceu uma série de benefícios para os trabalhadores como o salário mínimo, pensões, limites no tempo de trabalho, entre outros. Não obstante, ele foi um precursor na defesa da educação e saúde pública e promoveu reformas significativas nessas áreas através da criação do Ministério da Saúde e da Educação. No âmbito eleitoral, Vargas concedeu vitória à luta pelo voto feminino no Brasil no ano de 1932, onde destacam-se figuras importantes como Bertha Lutz (1894-1976), bióloga, ativista e líder da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e Leolinda Daltro (1857-1935), professora, ativista e uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino, o primeiro partido feminino do Brasil. (KARAWEJCZYK, 2013); (MARTINS & CUNHA, 2014).

A partir desta nova fase, o voto se tornou exclusivamente secreto e este modelo foi aperfeiçoado através da sobrecarta, onde a cédula de voto era colocada em um envelope e da inserção deste envelope em local indevassável. Houve também a criação da Justiça Eleitoral que agora passa a ser responsável por organizar todos os processos que compõem a votação. Nicolau (2002) destaca ainda que os municípios se dividiram em seções eleitorais, o que ajudou a otimizar ainda mais o processo de votação e o combate às fraudes. Em 1932 é instituído o Código Eleitoral, o qual permitiu a modernização do sistema eleitoral e a organização das eleições municipais, estaduais e municipais.

Cabe, a efeito de contextualização, abordar alguns aspectos que antecederam o Regime Militar, para então entrar na última fase eleitoral, que compreende o Regime Militar de 1964 até a democracia atual de 2000.

Neste sentido, João Goulart ou simplesmente “Jango” (1919-1976) foi o 24^a presidente do Brasil e presidiu de 1961 a 1964. Ele foi empossado após a renúncia do presidente Jânio Quadros (1917-1992), o qual perdurou apenas sete meses no cargo de presidente. João Goulart sofreu perseguições desde o início, tendo em vista o viés ideológico de esquerda do seu partido - Partido Trabalhista do Brasil. Araújo, Silva e Santos (2013) comentam que durante o governo de Goulart houve grande politização da sociedade, onde discutiu-se intensamente os projetos e mudanças para o futuro do país:

Entre as principais reformas estavam as reformas fiscal, administrativa, universitária e, principalmente, a reforma agrária. [...] O debate político também permeava o campo das artes que discutiam o papel revolucionário e engajado das manifestações artísticas, buscando novos públicos e novos conteúdos. (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, p. 12, 2013)

Com a queda do presidente João Goulart em março de 1964, após um golpe de estado, instalou-se o Regime Militar. Nicolau (2002) menciona que neste período as eleições para deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores foram mantidas, no entanto para cargos

como Presidente, Governador e Senador as eleições foram inicialmente suspensas e posteriormente passaram a ser indiretas. Somente nas últimas eleições do regime as eleições para governadores voltaram a ser diretas.

O autor comenta ainda sobre as eleições para presidente durante o Regime Militar:

Os três primeiros presidentes do ciclo militar (Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici) e seus respectivos vice-presidentes foram eleitos formalmente pelo Congresso em sessão pública e com votação nominal. Os dois últimos presidentes militares (Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo) e Tancredo Neves foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, que era composto por deputados federais, senadores e delegados escolhidos pelas assembleias legislativas dos estados. (NICOLAU, 2002, p. 25)

Outro item elencado pelo autor é que as eleições durante o referido período foram reguladas pelo Código Eleitoral de 1965 o qual previu várias mudanças desde regras para votação em candidatos do mesmo partidos em eleições para deputados estaduais e federais, prazo de registros para candidatos e punições para eleitores que não se alistaram e nem compareciam às eleições. Segundo o autor, estas novas regras contribuíram para o crescimento expressivo da participação eleitoral.

É interessante abordar que durante a transição do Regime Militar para a redemocratização do país foi possível observar um fenômeno chamado “Coronelismo eletrônico” indicado como uma herança do “Coronelismo de enxada” de Victor Nunes Leal. Entende-se que seu surgimento se deu a efeito da adaptação do Coronelismo aos meios de comunicação e tecnológicos. Santos (2006, p. 8) conceitua da seguinte forma:

[...] o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação.

A autora o compara ainda com a definição proposta por Victor Nunes Leal, como uma prática de poder que se sobrepõe às inadequações de uma sociedade marcada pelas carências econômicas e sociais. Este termo ganhou notoriedade a partir da década de 1980 quando o Jornal do Brasil denunciou o uso de diversas estações de rádio e televisão espalhadas por grande parte do país para fins eleitorais, tendo em vista que estas eram de propriedade de deputados, governadores e outras personalidades de alto escalão político. (SANTOS, 2006)

Em compreensão mais nítida, esse sistema se dá por meio do apoio de uma determinada emissora de TV ou rádio a um candidato, o qual tem sua campanha e imagem divulgada em massa, de forma que os telespectadores/ouvintes possam desenvolver por este um favoritismo. A autora afirma, no entanto, que há divergências entre o Coronelismo Eletrônico e as

convergentes globais em razão da oferta de democratização de informação e tecnologias na sociedade, o que é um elemento enfraquecedor para o mesmo.

Primeiro, é muito difícil ao Estado fazer-se presente nas distintas regiões brasileiras. Segundo, num sistema de comunicações que historicamente privilegia interesses comerciais, em prejuízo do interesse público, pequenos municípios em regiões inóspitas têm pouco ou nenhum valor de interesse. Terceiro, a necessidade de reportar-se ao governo federal para oferecer serviços de comunicações facilita a troca de favores entre o governo federal e os coronéis. A representatividade do município pode ser observada pela expressividade do serviço de radiodifusão sob controle das prefeituras. (SANTOS, 2006, p. 22)

Nesta perspectiva, iniciou-se o processo de transição entre o Regime Militar e a redemocratização do Brasil. Destaca-se neste período o movimento “Diretas Já” como catalisador deste processo: em 1983 as demandas por eleições diretas para presidente mobilizaram mais de 5 milhões de pessoas em todo país ocasionando comícios e passeatas em diversas cidades. (BRASIL, 2014)

A partir de 1985 introduz-se a nova fase eleitoral, através do rompimento do Regime Militar. José Sarney assume a presidência da república, após a morte de Tancredo Neves e institui a CRFB de 1988, conhecida como “constituição cidadã” uma vez que esta alterou as estruturas democráticas do Brasil através da institucionalização dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil, sendo eles: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

Deste modo, durante esta fase o voto passou a ser garantido na CRFB, através da soberania popular, conforme é observado no Artigo 14:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: (ECR no 4/94 e EC no 16/97)

I–plebiscito;

II–referendo;

III–iniciativa popular. (BRASIL, 2019, p. 21)

Esta fase possibilitou grande avanço no processo eleitoral através da adoção de medidas importantes para ampliação democrática, como por exemplo, a admissão de eleições diretas para presidente e a concessão de direito ao voto para analfabetos. O autor aponta também a redução considerável nas fraudes no sistema eleitoral devido sua informatização e recadastramento que ocorreu em 1986, surge também a justificção para os ausentes nas eleições e em 1990 as eleições de dois turnos, quando o candidato mais votado não atingir 50% (cinquenta por cento) dos votos.

A partir de 1994 houve também a redução do tempo de mandato presidencial para 4 anos e em 1997 a reeleição por apenas mais um mandato. Também em 1997 é aprovada a lei

de número 9.504 a qual serve para regulamentar todas as eleições, de maneira geral. Em 1996 adota-se a urna eletrônica como solução para a grande quantidade de fraudes nas apurações dos votos, no entanto somente em 2000 seu uso passou a ser oficial. Em 1995, surge a lei 9.100 que destinava 20% dos cargos em partidos ou coligações para candidatas do sexo feminino (NICOLAU, 2000); (BRASIL, 1995).

Hodiernamente, temos um cenário de grande evolução das TICs que interfere e influencia no processo eleitoral. Se na década de 1980 já podíamos observar esta influência sobre o voto, 40 (quarenta) anos depois, as TICs se tornaram parte deste processo, não só como auxiliar nas campanhas eleitorais, mas como fonte de divulgação para a Justiça Eleitoral. As redes sociais tornaram-se aliadas para o revigoramento democrático, uma vez que permitem maior participação nos processos de tomada de decisão.

Através destas mídias sociais é possível acompanhar todo o processo eleitoral, desde as campanhas dos candidatos até o resultado final das eleições. Há que se observar, com cuidado, também as denúncias de fraudes eleitorais divulgadas através das redes sociais. Muitas informações divulgadas se tratam de *Fake News* ou simplesmente notícias falsas, criadas para prejudicar ou favorecer um candidato em detrimento de outro.

Em relação ao uso das mídias sociais como aparatos de apoio às eleições, Toffoli (2016) pontua o seguinte:

As informações difundidas pela internet já atingem parcela significativa da população e conferem uma nova dinâmica às democracias contemporâneas, privilegiando a liberdade de informação com difusão mais horizontalizada, rápida, econômica e democrática. E, como todo fenômeno social, as relações e as consequências decorrentes dessa nova realidade devem ser disciplinadas de forma harmoniosa com os princípios e os valores tutelados pela ordem constitucional de cada país. (TOFFOLI, 2016, não paginado)

Como exemplo deste novo cenário temos a corrida presidencial de 2018, onde Jair Bolsonaro até então candidato, utilizou massivamente as redes sociais como aliadas para sua campanha, neste período foram criadas e divulgadas até mesmo campanhas de doação online, como forma de obtenção de fundos. Seus perfis na internet geraram grande engajamento e por fim este conseguiu se eleger presidente. (MAGENTA, 2018)

Pontua ainda que a pandemia causada pelo novo Coronavírus acentuou ainda mais o uso das tecnologias como auxílio no processo eleitoral, um exemplo expressivo foi a adoção do aplicativo “E-título” nas eleições de 2020 como ferramenta de identificação para o eleitor, o qual também permitiu que a justificativa de ausência, geração de boleto de multa entre outros serviços da Justiça Eleitoral fossem realizadas via aplicativo. (BRASIL, 2020)

Após este levantamento histórico das eleições no Brasil, percebe-se o quanto nosso sistema eleitoral modernizou-se. Este oscilou entre momentos de altos e baixos, no entanto todas as mudanças subsidiaram a incorporação de inovações importantes, que contribuíram para que o debate acerca do voto consciente emergisse em nossa sociedade. Entretanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido em direção a uma sociedade mais democrática e cidadã, consciente do seu papel para garantir consistência e efetividade em nosso regime representativo, ainda mais se levarmos em consideração as práticas de distorção sobre o sufrágio representativo que datam desde o início de sua instituição, o que até hoje deixa resquícios em nossa atual estrutura política.

Portanto, para compreender o voto em nossa sociedade é necessário assimilar à luz do sistema democrático, a constitucionalidade brasileira e sua evolução. Maluf (2019, p. 302) chama atenção ao poder constituinte como manifestação da vontade soberana da nação, portanto “[...] Este poder elabora o código fundamental do Estado, traçando os limites ao poder do governo. Esse código fundamental, chamado Constituição [...]”.

Bonavides (2004, p. 80) também compreende que não há Estado sem Constituição, e assente que seu conceito material traduz-se em “[...] o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana.”

Quanto à divisão formal das constituições, Maluf (2019, p. 303 - 304) nos apresenta as orgânicas (escritas) “[...] aquela que consiste em um conjunto de normas de direito positivo. Esse conjunto de normas pode constar de um só código ou de diversas leis formalmente distintas. [...] Em geral, as Constituições dos Estados modernos são escritas e codificadas” e inorgânicas (não escritas) “[...] aquela que se baseia nos usos, costumes e tradições nacionais.”

Desta forma, ao analisar a evolução constitucional no Brasil, Bonavides (2004) identifica três fases que se distinguem quanto aos valores políticos, jurídicos e ideológicos:

[...] a primeira, vinculada ao modelo constitucional francês e inglês do século XIX; a segunda, representando já uma ruptura, atada ao modelo norte-americano, e finalmente, a terceira, em curso, em que se percebe, com toda a evidência, a presença de traços fundamentais presos ao constitucionalismo alemão do corrente século. (BONAVIDES, 2004, p. 361)

Tendo como base a percepção do autor, nota-se a constante influência doutrinária de modelos de organização política adotada em outros países, ora efeito das intervenções de grandes influenciadores no meio político, ora devido a mudança dos valores e inclinações da sociedade.

A história constitucional do Brasil é rica, uma vez que compreende sete constituições: a de 1824, na fase imperial, e as de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, na república. Castro (2013 apud Ferraresi, 2018, p. 232), no entanto, comenta que o início da constitucionalidade no Brasil com a institucionalização da Carta Magna de 1824 foi marcada por “[...] forte perseguição e a obediência à vontade do Imperador era condição para sua sobrevivência, tendo em vista que a instalação de uma Assembleia só foi consentida por ele, se o resultado fosse uma Constituição digna do Brasil e de seu monarca.”

Cada constituição é fruto das transformações e crises sociais e políticas. Todas elas refletem a conjuntura a qual se insere, mas também dão início a novas fases políticas. (VILLA, 2011)

Destarte, como já mencionado anteriormente, a Constituição Cidadã de 1988 instituiu o direito ao voto por meio do sufrágio universal. Mas, o que é sufrágio universal e qual sua relação com a prática do voto? Maluf (2019, p. 31) o interpreta como:

[...] o meio pelo qual se manifesta a vontade do povo na formação do governo democrático. É o processo legal de escolha das pessoas que irão representar o povo no exercício das funções eletivas. Na expressão de Hauriou, é a organização política do assentimento. Por sufrágio universal, no exato sentido do termo, dever-se-ia entender a participação ativa da totalidade dos habitantes do país nas eleições.

Entretanto, o autor elucida que o sufrágio universal refere-se a universalidade de competências visto os “requisitos mínimos de instrução, idoneidade e independência para o exercício do direito de voto.” (MALUF, 2019, p. 332). Portanto, para o autor o sufrágio universal absoluto é um conceito que se distancia do Estado moderno tendo em vista a necessidade de aperfeiçoamento do sistema. Outro ponto destacado pelo autor é que o sufrágio universal, na qualidade de Direito Político, coaduna-se ao constitucionalismo uma vez que para que a Constituição ser reconhecida esta deve ter como um de seus princípios essenciais a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, neste sentido:

Essa doutrinação de todos os filósofos e humanistas do movimento liberal corporificou-se na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada pela Constituinte francesa de 1789, a qual, após consignar no seu artigo primeiro que “os homens nascem livres e iguais em direitos”, acrescentou, textualmente, tanto em eleições quanto em plebiscitos e referendos.[...] direitos estes à liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência contra a opressão. (MALUF, 2019, p. 324-325)

Quanto às funções do sufrágio, Silva (2005, p. 349) compreende que por meio deste constitui-se “[...] a instituição fundamental da democracia representativa e é pelo seu exercício que o eleitorado, instrumento técnico do povo, outorga legitimidade aos governantes.” Portanto,

primordialmente, o sufrágio permite a “[...] seleção e nomeação das pessoas que hão de exercer as atividades governamentais.”

Ao longo do desenvolvimento cidadão e democrático no Brasil, percebe-se o emprego de duas formas de sufrágio: o restrito e o universal. Atualmente, a Constituição emprega o sufrágio universal, porém, anteriormente já foi utilizado o sufrágio restrito, “[...] quando só é conferido a indivíduos qualificados por condições econômicas ou capacidades especiais” (SILVA, 2005, p. 351)

Quanto a este último, o autor elenca que tal duplicidade oportuna a distinção de sufrágio em mais duas classificações: o sufrágio censitário, onde condiciona-se o voto a posse de bens, imóveis e determinada renda financeira; e o sufrágio capacitário, aquele que diz respeito às capacidades de natureza intelectual, a exemplo da condição de alfabetização para qualificação como eleitor. (SILVA, 2005)

Comumente, há uma tendência de pensamento que caracteriza sufrágio e voto como conceitos sinônimos, no entanto o voto cristaliza-se como o instrumento que permite aos cidadãos exercer o direito de sufrágio.

Moraes (2003) qualifica o voto como um dever sociopolítico tendo em vista a responsabilidade dos cidadãos de manifestar sua escolha em um regime representativo. Em relação às características constitucionais do voto, Moraes (2003, p. 180-181) observa as seguintes:

- a) Personalidade: o exercício do voto é pessoal e intransferível;
- b) Obrigatoriedade formal do comparecimento: equivale no comparecimento obrigatório do cidadão às eleições;
- c) Liberdade: consiste na liberdade de escolha por um candidato favorito, ou até mesmo na não escolha, o que resulta no voto nulo ou branco;
- d) Sigilosidade: exige o sigilo total sobre o voto;
- e) Direto: o exercício do voto sem intermediários;
- f) Periodicidade: restringe-se o período de mandato dos representantes escolhido a um prazo determinado, no Brasil, 4 (quatro) anos;
- g) Igualdade: independente de classe, religião, sexo, orientação sexual e raça todos os votos tem o mesmo valor no processo eleitoral.

Podemos observar que o voto é um direito político fundamental assegurado na CRFB, no entanto, não nos enganemos ao pensar que a instituição do sufrágio universal e a garantia do voto para todos é sinônimo de soberania da vontade popular, muito menos que este implica na

diminuição das desigualdades de classe em nossa sociedade. Como bem traduz Bakunin (1986, p. 1):

Toda decepção com o sistema representativo está na ilusão de que um governo e uma legislação surgidos de uma eleição popular deve e pode representar a verdadeira vontade do povo. Instintiva e inevitavelmente, o povo espera duas coisas: a maior prosperidade possível combinada com a maior liberdade de movimento e de ação. [...] Os instintos dos governantes, sejam legisladores ou executores das leis, são diametralmente opostos por estarem numa posição excepcional. Por mais democráticos que sejam seus sentimentos e suas intenções, atingida uma certa elevação de posto, veem a sociedade da mesma forma que um professor vê seus alunos, e entre o professor e os alunos não há igualdade.

Por mais duras que sejam as palavras do autor, havemos de considerar a realidade que se reflete nos espaços de poder em paralelo à sociedade. Para amenizar as relações paradoxais que existem no regime representativo é necessário ponderar acerca do voto, não apenas como meio para exercer o sufrágio, mas sobretudo como mecanismo de mudança social. O voto ausente de consciência e responsabilidade social não altera a realidade desigual posta a tanto tempo diante de nossos olhos. A negociação do voto e a inconsciência do eleitorado são uma realidade que enfraquece a soberania democrática, causando não apenas emperramento em nosso desenvolvimento enquanto forma de organização social, mas, sobretudo regressão a um sistema de governo que abusa do poder político e econômico o qual prepondera práticas que supervalorizam os interesses financeiros em detrimento dos interesses coletivos.

Desta forma, podemos perscrutar algumas considerações que nos permite avaliar quais procedimentos adotar para uma escolha consciente no período eleitoral, bem como entender a importância da escolha responsável para o funcionamento da cidadania em nossa sociedade. Como já dito anteriormente, o conceito de voto consciente ou voto responsável é difícil de precisar tendo em vista as percepções individuais de cada eleitor. Todavia, para fins de definição, adotaremos a concepção de que o voto consciente é a escolha por um representante político adequado tendo como base informações pertinentes que permitem ao eleitor analisar se tal candidato corresponde às necessidades da comunidade a qual este está inserido.

Inicialmente, é indispensável que o eleitor conheça as deficiências de sua comunidade e avalie os indicadores da qualidade de vida locais. Neste ponto, deve-se elucidar as fontes de informação mais adequadas e embasar-se pelas suas próprias experiências e também de amigos e familiares residentes do mesmo local. Como exemplos de pontos de análise, destaco os seguintes: o funcionamento dos setores públicos da minha comunidade é eficiente? Existem recursos para prover melhorias sociais? Existem escolas e bibliotecas adequadas e estruturadas para crianças e adolescentes? Há políticas públicas promovendo práticas benéficas ao cidadão?

se há, quais agentes se destacam no funcionamento destas? Qual o comportamento dos agentes públicos quando é necessário pautar algum tema relevante? Estes questionamentos devem detalhar e inventariar as forças e fraquezas da comunidade.

Em um segundo momento, o eleitor deve comparar as evoluções da comunidade desde a última eleição. Houve melhorias em algum setor? Os atuais governantes esforçaram-se para prestar contas de seus atos? Sou capaz de citar pelo menos cinco propostas realizadas em campanha que se consolidaram? É necessário elucidar o fato de que esta análise só será efetiva caso o eleitor realize um acompanhamento das ações políticas.

Após esta análise, o eleitor necessita reportar-se especificamente aos candidatos atuais: Conhecer o passado deles antes da política e seus feitos após adentrar o campo; Inventariar suas propostas e analisar até que ponto elas podem consolidar-se, tendo em vista os insumos que as favorecem; Traçar paralelos entre as propostas e o cenário real da comunidade.

Tais procedimentos são um grande passo em direção a um processo eleitoral consciente e responsável. Dias (2012) defende que o voto é uma poderosa ferramenta que pode garantir melhorias sociais e transformação nos principais problemas que nos assolam: a violência sexual, doméstica, criminalidade, baixos índices na educação, caos na saúde, falta de infraestrutura nas cidades, pobreza extrema, a fome, etc. A consciência eleitoral depende de muitos fatores que podem levar tempo, no entanto é possível alcançá-la. A autora defende que para realizar um voto responsável é necessário:

Conhecer o funcionamento do processo eleitoral brasileiro, entender o sistema por meio do qual os candidatos são eleitos, perceber o que é legítimo e aquilo que ofende a moralidade da disputa eleitoral contribui para a conscientização do eleitor na escolha de seus representantes. É importante que o eleitor procure se informar a respeito das ideias do partido político ao qual o seu candidato está filiado, pois a ideologia partidária – ou seja, os propósitos daquela legenda – está ligada ao que o candidato escolhido realizará se for eleito. (DIAS, 2012, p. 21-22)

Fica evidente na fala da autora a necessidade de conhecimento acerca dos muitos aspectos que envolvem uma disputa eleitoral.

O eleitor precisa conhecer o sistema eleitoral, os princípios que regem as candidaturas e ainda ter plena consciência acerca das funções políticas que compreendem os cargos eletivos. O voto é uma peça fundamental do sistema democrático, entretanto, ainda precisa de discussão e divulgação para que o eleitor possa compreender sua relevância para a mudança efetiva no cenário político e social, bem como para a construção de uma sociedade mais crítica e apta a decidir com qualidade quem serão seus próximos representantes.

Por esta razão, a luta pelo bom funcionamento democrático, segundo Dias (2012) compreende parâmetros que auxiliam os eleitores no processo de escolha de um candidato, se há uma percepção clara para o eleitor acerca de como realizar um voto baseado na análise crítica do cenário social que o cerca e ainda pensar ações que possam orientá-los a apurar de forma mais crítica o candidato ideal ou que melhor possa atender aos interesses da sociedade.

Podemos concluir este subitem enfatizando que o voto é uma ferramenta antiga usada para escolher representantes políticos, no entanto, as deturpações sobre o sufrágio e as relações políticas, que por muito tempo basearam-se nos interesses financeiros e de poder proporcionaram o mal uso sobre essa ferramenta democrática. Foi preciso grande luta dos cidadãos e sucessivas reformas constitucionais e eleitorais para chegarmos ao processo eleitoral secreto e moderno de que desfrutamos hoje. Mesmo a modernização e eliminação de grande parte das fraudes não garantiu o pleno exercício da democracia e do sufrágio, é necessário muito mais que um sistema atualizado e inovador. A reflexão crítica e a lucidez sobre a importância deste ato político é a luz que pode nortear e efetivar mudanças para alcançarmos um cenário social e político mais representativo, igualitário e alinhado às carências do ser humano enquanto cidadão.

2.3 Democracia representativa e suas controvérsias para garantir direitos sociais

A palavra Democracia origina-se do termo grego *demokratia* (demos: povo + kratia: poder). Foi justamente na Grécia Antiga, em Atenas que este termo foi utilizado pela primeira vez para designar uma forma de governo, durante o discurso de Péricles (490 - 429 a.C.), político ateniense, em uma homenagem aos soldados da guerra do Peloponeso, o qual definiu a democracia como um governo pelo povo e para o povo. (HEROTHODO, 1942). Como sabemos, Atenas - fundada em 508 a. C. - foi uma das principais cidades-estado da Grécia Antiga e é reconhecida até os dias atuais como o berço da democracia e um dos principais centros difusores das Artes, Filosofia e Política no mundo. Em Atenas, o processo democrático acontecia de forma direta, onde os cidadãos atenienses deliberavam a respeito das decisões da vida pública, concorriam a cargos públicos e podiam até mesmo destituir aqueles governantes cujo não cumpriam com suas atribuições. (PLATÃO, 2001).

Este tipo de democracia é definida por Bobbio (2000) como a democracia dos antigos. Segundo o autor, os antigos visualizavam a democracia sob a forma de uma assembleia onde os cidadãos eram convidados a tomar decisões públicas cujo impacto recairia sobre toda a sociedade ateniense, nas palavras do autor “[...] “Democracia” significava o que a palavra designa literalmente: poder do *demos*, e não, como hoje, poder dos representantes do *demos*.”

(BOBBIO, 2000, p. 371). Destarte, para os estados contemporâneos, a democracia é visualizada sob muitas perspectivas, entretanto, dentre todas destaca-se o trunfo da representação como mecanismo de execução deste sistema. Alguns autores a visualizam diretamente sob o plano representativo e da liderança, como é o caso de Sartori (1994, p. 209) o qual a definiu como um “[...] subproduto de um método competitivo de renovação das lideranças. É assim porque o poder de eleger também resulta, como num processo de retroalimentação, na atenção dos eleitos com relação ao poder de seus eleitores.” e outros a visualizam antes de tudo como um método político, como descreve Schumpeter (1961, p. 296) “[...] A democracia é um método político, [...] para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e [...] incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas.”.

Entretanto, Bobbio (2000) revela que a democracia sempre foi concebida como governo direto do povo e não como um mecanismo de representação, como é concebida atualmente. É notável que a percepção sob esta forma de governo era predominantemente negativa na Antiguidade. Nos tradicionais debates quanto à melhor forma de governo, a democracia estava sempre em último lugar em função de sua natureza que qualificava o povo ao exercício do poder, uma vez que a este eram atribuídas as piores características como por exemplo a ignorância, a incompetência, a insensatez, e a agressividade. A exemplo de Sócrates (479 a.C. - 399. a.C) e Platão (428 a.C. - 347 a.C.), filósofos gregos, os quais criticavam a democracia sob a ideia da liberdade pois acreditavam que o homem livre da democracia era débil em seus ideais, portanto inconstante e altamente manipulável. (PLATÃO, 2001). Porém, Bobbio denota que atualmente a democracia está associada a uma conotação positiva, onde todos os regimes e estados se contentam ao serem definidos como democráticos e que mesmo que existam ditaduras, estas servem apenas para restaurar a “verdadeira democracia”, outrora corrompida. Bobbio (2000) preconiza que a extensão dos princípios democráticos na história se ampliou sob duas perspectivas: a primeira diz respeito à atribuição dos direitos políticos, e a segunda no âmbito da aplicação de tais direitos:

Do primeiro ponto de vista, nas cidades antigas, os direitos políticos [...] pertenciam a uma minoria dos habitantes de uma cidade, todos os outros, a maioria, deles estavam privados [...] É igualmente sabido que mesmo aquela parte ínfima do país que conquistara o direito de votar participava dos rituais eleitorais [...] Do segundo ponto de vista, o processo histórico da democracia ocorreu com a passagem da democracia das cidades para a democracia dos grandes Estados Territoriais. (BOBBIO, 2000, p. 419-420)

Observa-se que a expansão do ideário democrático relaciona-se diretamente à expansão dos domínios territoriais e da capacidade humana em organizar-se enquanto consciência

coletiva, ou seja, em uma sociedade representativa. Entretanto, o autor nos chama atenção para o fato de que a democracia perfeita não existe, nem jamais existirá por dois motivos: o primeiro traduz-se na incompatibilidade entre os principais valores em que se inspira a democracia - a liberdade e a igualdade. Em uma sociedade onde as liberdades sejam protegidas é impossível atingir a igualdade, do mesmo modo como em uma sociedade cujo o governo adota medidas para tornar todos os cidadãos iguais é necessário limitar muitas liberdades; o segundo motivo dá-se através da oposição entre democracia real e ideal, neste Bobbio guia-se da visão do homem em seu estado de natureza, assim a existência da sociedade civil é superficial e nasce da vontade dos indivíduos em cooperar para a diminuição do seu próprio isolamento - originário de seu estado natural - o que ocasiona que a sociedade seja produto do indivíduo e não o oposto. (ROSSEAU, 2003); (HOBBS, 2019). Portanto, o autor destaca a inexatidão do homem racional, bem como da democracia:

Deixando de lado a consideração de que se todos os homens fossem racionais não haveria nem mesmo a necessidade de um governo e, mesmo nos limitando à racionalidade puramente instrumental, falta a grande maioria dos indivíduos os conhecimentos necessários para construir um juízo pessoal e fundamentado diante das decisões que deve tomar. E, além disso, mesmo aqueles que poderiam conhecer melhor as coisas podem ser facilmente enganados por quem possui, além de conhecimentos, os meios de propaganda suficientes para fazer com que os próprios interesses ou aqueles interesses do próprio grupo pareçam os interesses de todos. Em suma, muitos não estão em condições de saber. Muitos acreditam saber, e não sabem. (BOBBIO, 2000, p. 425)

Nesta perspectiva, como citado na Introdução deste estudo, Bobbio (2000) nos convida a compreender a democracia moderna como um conjunto de regras que estabelecem de que forma devem ser tomadas as decisões coletivas e, mesmo reconhecendo a inexistência de uma democracia real, o autor elenca os seguintes pontos como essenciais à sua definição, ainda que mínima:

- 1) Os direitos políticos devem atingir todos os cidadãos que tenham alcançado a maioria etária, independentemente de sua raça, credo, sexo e condição econômica;
- 2) O voto de todos os cidadãos deve ter o mesmo peso;
- 3) Todos os cidadãos que gozam de direitos políticos devem ter liberdade para votar segundo sua própria consciência;
- 4) Os cidadãos devem ter o direito de escolher livremente entre diferentes soluções, ou seja, entre partidos que apresentem propostas distintas;
- 5) Para as eleições ou para as decisões coletivas deve valer a regra da maioria numérica, o que implica dizer que o candidato ou solução mais votada será válido;
- 6) Os direitos da minoria não devem ser limitados pelas decisões da maioria.

Como premissa à Soberania Popular nos estados contemporâneos, adotou-se a democracia representativa como forma de validação às vontades do povo. Bobbio (1987) observa que o desenvolvimento de Estados Representativos nos países europeus durante o último século, coincidiu com o desenvolvimento interno dos mesmos, o que oportunizou, lentamente, o desaparecimento das outras tradicionais formas de governo. O autor revela o processo de democratização do Estado Representativo sob duas perspectivas: “[...] o alargamento do direito de voto até o sufrágio universal masculino e feminino, e o desenvolvimento do associacionismo político até a formação dos partidos de massa e o reconhecimento de sua função pública.” (BOBBIO, 1987, p. 153). Portanto, as decisões que dizem respeito à coletividade são deliberadas por pessoas escolhidas e eleitas para tal função.

Hodiernamente, a concepção democrática é frequentemente associada à representação política e ao voto. Esta é uma tendência de pensamento comum das sociedades modernas que adotaram a democracia e a soberania popular como forma de validação dos direitos sociais dos cidadãos. Por conseguinte, o papel da democracia representativa vai além do espectro das eleições e estende-se ao bom funcionamento do aparelho estatal, uma vez que este modelo de democracia exige um paralelo entre as necessidades dos cidadãos e seus representantes. A partir desta matriz, Jhon Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista inglês, apresenta o Governo Representativo como a forma de governo onde o povo exerce o poder controlador por meio de figuras políticas periodicamente eleitas, de modo que “O povo tem de possuir este poder extremo em toda sua inteireza” (MILL, 1981, p. 40).

Deste modo, o autor compreende este sistema como a forma de governo mais adequada para as sociedades devido sua capacidade de adaptação às transformações do homem, entretanto, ele afirma que é necessário a observância de certos requisitos para sua existência e seu funcionamento, sendo estes: (1) que o povo esteja disposto a recebê-lo; (2) que esteja disposto e seja capaz de fazer o que for necessário para preservá-lo; (3) que esteja disposto e seja capaz de cumprir com os deveres e desempenhar as funções que lhe impõe. Tais condições possibilitam a institucionalização de um estado representativo adequado levando em consideração que as instituições políticas só existem devido à ação humana. O citado autor reconhece a incapacidade do mecanismo político em agir por si só: “Sendo, de início, feito pelos homens, estes terão de fazê-lo funcionar, e até mesmo por homens vulgares.” (MILL, 1981, p. 4). Portanto, os cidadãos necessitam de recursos para compreender melhor o cenário social em que estão inseridos e identificar as principais necessidades de sua comunidade. Já os representantes precisam estar atentos e alinhados às necessidades elencadas pelos cidadãos para representá-los da melhor forma possível.

Ao abordar a ligação entre democracia e representação Manin, Przeworski e Stokes (2006, p. 105) compreendem que esta decorre a partir da concepção de que, em um sistema democrático, os governos são representativos uma vez que são eleitos: “[...] se as eleições são concorridas livremente, se a participação é ampla, e se os cidadãos desfrutam das liberdades políticas, então os governos agirão em favor do interesse da população.” Nesse sentido, o mecanismo da representação é de suma relevância para a garantia dos direitos políticos e sociais, bem como para a redução das desigualdades. A representação oportuniza ao cidadão a chance de expressar as carências que obstruem a construção de uma sociedade com amplo espaço de decisão, tendo em vista o aumento populacional dos países modernos. Todavia, nem sempre a ideia de representação esteve tão bem relacionada ao ideário democrático como nos dias atuais.

Pitkin (2006) comenta que a palavra representação origina-se da palavra latina *representare*, cujo significado transmitia a ideia de “tornar presente ou manifesto”. Na idade média, a palavra era utilizada na literatura cristã para designar um tipo de encarnação mística, onde dizia-se com frequência que o papa e seus cardeais eram a representação de Cristo e seus apóstolos na terra, como evidencia a autora, “[...] A ênfase está na natureza fictícia da conexão: não se trata de uma pessoa real, mas de uma pessoa apenas por representação (*persona non vera sed repraesentale*) [...]”. (PITKIN, 2006, p. 18). Na França do século XIII a ideia de representação, traduzida por *représenter*, era utilizada para imagens e objetos inanimados. Já na Inglaterra, o aparecimento da palavra *represent*, agregou o sentido de representação a ideia de “trazer uma pessoa a presença de alguém”.

Desta forma, o conceito de representação entrou no campo da atividade política através do fortalecimento da ideia de parlamento por meio da mediação entre comunidade e rei realizada pelos cavaleiros e burgueses, que inicialmente dedicaram suas atividades a cobrança de tributos, a apresentação de registros de tribunais em casos de disputas judiciais e a difusão de informações necessárias à comunidade. Mais tarde, as comunidades passaram a utilizá-los como porta voz de queixas ao rei. Gradualmente, estas figuras começaram a ser vistas como agentes de suas comunidades, os quais em alguns casos, eram até mesmo pagos para irem ao parlamento e deveriam prestar contas do que haviam feito. Logo, a ideia de parlamento incorporou o sentido de representação do povo, como observa Pitkin “[...] a ideia de que toda nação está, de alguma forma, encarnada em seu governante, assim como a Igreja está encarnada em Cristo ou no Papa, depois Dele. [...]” (PITKIN, 2006, p. 24-25). Foi somente em 1651 que o termo representação foi inserido de fato no campo político, através da análise de Thomas

Hobbes sobre a noção de representação em sua obra “O leviatã: matéria, forma e poder de Estado eclesiástico e civil”.

Vale comentar que para Hobbes (2019) o papel da representação dava-se através da atribuição das palavras e ações humanas próprias de um indivíduo a um outro indivíduo, o qual apodera-se de sua autoria mediante autorização, ou uma espécie de direito de propriedade, onde o autor cede permissão para que outro indivíduo utilize suas ideias ou atos como se fossem seus.

Portanto podemos inferir que a ideia da democracia representativa nasceu da ideia do governo pelo povo e para o povo, como um meio para elucidar a vontade da nação por meio da soberania e para garantir o exercício da cidadania. No entanto, como consequência da ampliação e paralelamente, complexidade dos Estados Modernos, as concepções acerca do governo representativo modificaram-se. Se antes ela direcionava-se à concepção de Nação Soberana por intermédio de um único representante, como ilustrado nos governos monárquicos, agora ela volta-se à natureza dos acordos institucionais e do consenso político. Urbinati e Warren (2008) compreendem esta modificação como decorrência do crescimento e da diversidade de instituições que têm a capacidade de fazer os indivíduos se sentirem representados, o que proporciona uma espécie de apagamento das instituições políticas – entende-se por órgãos estatais e seus representantes – no cenário da identidade e da representação. Outro ponto analisado pelos autores é o da inabilidade dos partidos políticos em elencar as preferências da população, o que deixa ainda mais lacunas no cenário representativo.

Atualmente, a democracia representativa pode ser visualizada como uma ferramenta de consenso ou acordo em nossa sociedade, como reflete Schumpeter (1984, p. 336), ela é um “[...] acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população”. A esta guisa, Urbinati (2013, p. 6) frisa que no sistema representativo a decisão (os procedimentos e instituições que regulam a elaboração das leis) e a opinião (o domínio extra institucional da formação do julgamento político), se influenciam e cooperam entre si, sem fundir-se. Desta forma, os desdobramentos democráticos não resumem-se somente em permitir aos cidadãos participar da tomada de decisões e do jogo político, mas também confiar que este jogo é honesto e está pautado em regras condicionantes igualitárias para todos.

Manin (1997) caracteriza quatro aspectos necessários à existência da representação, que podem ser resumidos da seguinte forma: os representantes são escolhidos por seus representados; os representantes devem considerar a independência frente às predileções de seus eleitores; é necessário que a opinião pública possa manifestar-se livremente,

independente do controle governamental; as decisões políticas nascem das deliberações realizadas em debates. Sem estas características não há que se falar em democracia representativa uma vez que o não cumprimento destas procede na contramão dos princípios representativos. Entretanto, apesar de parecer simples, o sistema representativo é complexo uma vez que está pautado nas deliberações dos indivíduos, complexos e subjetivos por natureza. Sob este sistema repousam muitas controvérsias relacionadas aos agentes envolvidos no processo representativo e estas nos convidam a refletir e compreender o impacto deste sistema em nossa sociedade.

A este respeito, Pitkin (2006) nos leva a compreender o problema do processo representativo através de sua análise sobre a independência das ações dos representantes em mandato frente suas responsabilidades para com os eleitores. A eleição de um representante o torna o porta-voz dos interesses de seus eleitores, portanto surge o dilema entre optar por alternativas distintas das predileções de seus eleitores, mas com maiores benefícios, a curto, médio ou longo prazo, ou fazer o que seus eleitores desejam. Se o representante opta por tomar suas decisões de maneira independente, mesmo contrariando seus eleitores, existe a grande possibilidade de que ele seja mal avaliado e não consiga se reeleger. Por outro lado, se ele decide seguir à risca a preferência de seus eleitores, sua possibilidade de reeleição é maior, entretanto nem sempre este é o caminho mais benéfico para a sociedade uma vez que nem sempre os eleitores conseguem visualizar o contexto em que estão inseridos de forma geral. Muitas vezes sua visão limita-se a decisões imediatas e interesses individuais. Desta forma, surge a necessidade de ponderar acerca dos limites que devem ser estabelecidos em um mandato em prol dos benefícios que serão mais favoráveis a todos e não apenas uma parcela da população.

Nesse sentido, Manin, Przeworski e Stokes (2006) definem que a representação por mandato ocorre sob três condições:

[...] quando os interesses dos políticos e dos eleitores coincidem, quando os políticos estão motivados pelo desejo de serem reeleitos e acreditam que os eleitores vão reelegê-los se eles realizarem políticas defendidas durante a campanha, e quando políticos estão preocupados com a credibilidade de suas futuras promessas. (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 108 - 109)

Igualmente Pitkin (2006), os autores compreendem a possibilidade de os representantes desviarem-se de seu mandato, seja por motivos altruístas e o desejo de oferecer benefícios maiores a seus eleitores, seja por motivos egoístas, com motivações próprias. Neste sentido, os autores elencam a importância da flexibilidade para lidar com as mudanças circunstanciais tendo em vista que “[...] as instituições devem permitir lidar com mudanças de condições.

Nenhuma plataforma eleitoral pode especificar a priori o que o governo deveria fazer em cada estado contingente de coisas.” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 119)

Outro ponto elencado pelos autores é a representação mediante prestação de contas ou *accountability*, a qual ocorre da seguinte maneira: “quando (i) os eleitores votam para reterem os representantes somente quando eles agem em favor do interesse dos primeiros, e (ii) o representante escolhe políticas necessárias para ser reeleito” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 120). Deste modo, esta ferramenta possibilita um determinado controle sobre os governantes, uma vez que os eleitores podem identificar se as ações destes são benéficas e apropriadas, em prol de seus interesses. Em contrapartida, os governantes tendem a agir de maneira a satisfazer seus eleitores, para garantir uma reeleição. É justamente aqui que reside o problema da prestação de contas. Os objetivos dos políticos podem distinguir-se dos interesses dos cidadãos e destinar-se a muitos propósitos, o que acarreta no desvio das responsabilidades do governo. Existem diversas formas de os representantes desviarem-se de seus mandatos e de seus objetivos. Como pontuam os citados autores:

Eles se esquivam se passarem o tempo conspirando contra seus rivais, se agirem para incrementar sua própria riqueza, se estenderem favores clientelistas para seus familiares e amigos; entretanto, o meio mais importante em que eles podem agir contra os interesses de seus eleitores é escolher políticas que beneficiam seus interesses particulares ou os interesses de algum grupo específico, ao qual devem favores. (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 121)

Desta forma, os cidadãos estabelecem os critérios necessários à reeleição dos governantes pautados no desempenho destes, mas principalmente nos benefícios recebidos durante o mandato do representante eleito; e os governantes buscam satisfazer tais critérios estabelecidos visando a reeleição.

O artifício implícito no qual esse modelo se baseia é que os eleitores oferecem um contrato ao governo: “se você nos der pelo menos isso, nós votaremos em você; caso contrário, não”. Porém, os eleitores não oferecem tais contratos. Perceba que nós poderíamos depositar não apenas cédulas numa urna, mas também uma lista com nossas condições para reeleger o representante. Contudo, nós não fazemos isso, e não o fazemos porque queremos que os governantes façam tudo o que puderem por nós, mais do que simplesmente satisfazer nossas demandas mínimas. (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 124)

Este condicionamento, entretanto, provoca uma série de reações capazes de minar as estruturas democráticas e o bom uso do voto universal. A priorização de interesses individuais contribui para atrasar o desenvolvimento social e a inclusão de novas representações - em tese, mais benéficas - que proporcionem sólidas transformações sociais. Deste modo, quando

os representantes baseiam suas ações visando unicamente a continuidade de seu mandato, estes menosprezam não só a possibilidade de gerar alternativas para a resolução de problemas que assolam os cidadãos, mas também, as reais necessidades destes, aquelas que por ignorância, ingenuidade ou simplesmente descrença, estes não conseguem enxergar.

Outro problema característico da democracia representativa contemporânea é a predominância do fenômeno da “Partitocracia”, termo utilizado para definir o domínio de determinados partidos políticos sobre o governo de um país. Logo, estes buscam o domínio não apenas sobre a política, mas todos os setores (político, social e econômico) da vida pública. Bonavides (2000) comenta que nesse contexto, surge no seio dos partidos uma vontade contraditória ao desejo da nação, onde o partido abandona a vontade geral do povo e desnatura a essência da verdade democrática. Este cenário preconiza não só a predominância da vontade dos partidos, mas a vontade de uma classe elitista, onde os partidos mais ricos ou partidos de massa detém a maior concentração de poder. Há então, a exclusão das necessidades e vontade popular, de modo que estes não encontram formas adequadas de representação.

Diante das assertivas e discussões realizadas acima podemos agora direcionar nossa análise à conjuntura da democracia representativa no Brasil, fazendo paralelos com as concepções já elencadas neste subitem.

No Brasil, como vimos anteriormente, a expansão do pensamento democrático é recente e harmônica ao desenvolvimento do voto como instrumento representativo da sociedade. Após um grande percurso e sucessivas mudanças na estrutura política e eleitoral brasileira, a carta constitucional de 1988 possibilitou – o que acreditavam ser – novos rumos para a democracia e cidadania do país. O texto constitucional de 1988 preconizou a formação de um Estado integrado às necessidades de sua nação, fraterno e plural, com vistas ao pleno exercício dos direitos sociais e individuais. Entretanto, como sabemos, os rumos políticos da sociedade brasileira pós 1988 não traduzem plenamente um Estado Democrático alinhado às carências sociais. Há, contrariamente, um cenário social dicotômico em que uma pequena parte goza de benefícios e riquezas e a outra parte padece sobre a pobreza, miséria, a fome, a falta de uma educação de qualidade, a escassez de saneamento básico, entre outros problemas.

O problema da representação no Brasil decorre de muitos fatores típicos de nossa organização social, como por exemplo o desinteresse pelo jogo político, o descrédito dos órgãos estatais tendo em vista os numerosos escândalos de corrupção, os baixos índices na educação, os baixos índices de leitura dos cidadãos brasileiros, os jogos de interesses econômicos que contaminam os mandatos dos representantes, a defasagem do sistema político em si, a falta de esperança de que o cenário social, político e econômico melhore, entre outros. Poderíamos, de

forma ambiciosa, arrolar e descrever muitos fatores necessários à compreensão do atual estado de coisas em nosso país, entretanto, essa proposta ultrapassa as dimensões deste estudo.

Portanto, o primeiro fator que evidencio consiste no desinteresse dos cidadãos pelo jogo político. Há tempos, observamos um crescimento considerável no número de abstenções nas eleições. Segundo dados divulgados pelo TSE (2020) nos últimos três pleitos a taxa de abstenção apresentou um crescimento significativo: em 2016 a taxa alcançou 17,58%, já em 2018 com as eleições presidenciais, este número alcança 20,33%, e finalmente em 2020, alcança a taxa recorde de 29,47%. Deve-se considerar o contexto pandêmico que assolou o ano de 2020, o que proporcionou a perda de muitos entes queridos nas famílias brasileiras. Entretanto, estes dados nos alertam sobre o fenômeno crescente que é a abstenção de votos.

O descrédito pela política brasileira e pelos processos democráticos são consequências dos muitos escândalos de corrupção e desvio de dinheiro, como por exemplo um dos casos mais famosos e atuais, as denúncias realizadas durante a Operação Lava-Jato cujo prejuízo financeiros ultrapassam a casa dos 40 bilhões de reais. Outro dado interessante está presente na pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira - Eleições (2018), realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com Ibope, a qual aponta que 31% dos entrevistados afirmaram que votariam em branco ou nulo por estarem decepcionados ou desacreditados com o cenário político brasileiro e 45% afirmaram sentir-se pessimistas em relação às eleições presidenciais de 2018. Destes últimos, 35% estavam desmotivados devido ao problema da corrupção. Neste sentido, a falta de posicionamento político dos cidadãos vigora para a desigualdade ainda maior no cenário representativo, o que desgasta as possibilidades de mudança dos rumos democráticos da nação.

Outro fator que contribui para compreendermos o desgaste da representação no Brasil são os baixos índices da educação e a falta de entendimento do impacto do voto. Como já discutido neste estudo, o baixo índice de educação afeta diretamente a visão que o eleitor terá acerca da democracia e de seu papel como cidadão. É necessário que o eleitor possua discernimento para dizer o que deseja para si e para seu país, desta forma ele poderá avaliar com clareza os objetivos, princípios e antecedentes dos candidatos. Entretanto, o acanhamento do eleitorado nos processos decisivos impossibilita os eleitores de compreenderem sua importância nos espaços de decisão.

Gostaria ainda de discutir os interesses econômicos que cercam o exercício da política do Brasil. Grande parte da sociedade visualiza os políticos brasileiros como pessoas ricas ou que têm interesse em aumentar seus bens. A exemplo de muitos homens e mulheres ricos que adentram a política, é comum, em uma sociedade desgastada em relação ao jogo eleitoral,

acreditar nessa proposição, mas infelizmente, o enriquecimento ilícito entre os políticos é uma realidade comum em nosso país. É conveniente afirmar que os salários dos representantes brasileiros, de todos os cargos, ultrapassam a média comum dos brasileiros, que segundo dados divulgados pelo IBGE (2020) é de R\$ 2.213,00 reais. O cargo para Presidente da República oferta uma remuneração de 30.934 mil reais; Deputados, Senadores e Governadores recebem remunerações na faixa de 30 mil reais, sem contar as verbas de gabinete e outros benefícios que representa em torno de 100.000 reais. Os Prefeitos e Vereadores por sua vez recebem remunerações entre 10.000 e 25.000 mil reais, em muitos municípios este é um valor incompatível com a arrecadação dos municípios. Na capital maranhense, São Luís, por exemplo, o salário para o cargo de prefeito atinge o total de 25.000 mil reais.

O Brasil é, no contexto internacional, um dos países que oferecem as maiores remunerações aos políticos. Entretanto, o alto salário recebido por estes, não é capaz de explicar o enriquecimento exorbitante de muitos políticos. De Góis (2013), denuncia o enriquecimento suspeito de dez agentes públicos tendo como base a comparação dos bens declarados antes e depois de sua entrada na política. As análises realizadas apresentam uma diferença exponencial no crescimento dos bens, como por exemplo, a multiplicação dos bens totais em milhões de reais. E expõem ainda, o caso de famílias de políticos, onde os filhos - recém inseridos na política - acumulam em pouco tempo, fortuna maior que seus pais, políticos de longa data. Estes casos nos levam a questionar a quem se destina os benefícios do voto: aos cidadãos que têm sede de mudança ou aos políticos que multiplicam sua renda cada vez mais? Não é nenhuma surpresa que fatos como estes nos levam, muitas vezes, ao repúdio pelo jogo político.

Os fatores elencados acima traduzem, em partes, de que forma a representação no Brasil está sendo distorcida e deturpada. Não só pelos representantes, na maioria das vezes demonizados e culpados por tudo que encontra-se inadequado em nosso país. Mas também pelos próprios eleitores, que devido a tantos motivos não buscam informar-se e analisar as tecituras políticas de nosso país. Portanto, lanço os seguintes questionamentos: Qual o caminho mais adequado para equacionar o problema da representação no Brasil? Seria possível mudar o status quo da política brasileira?

A resposta mais adequada a estas perguntas é que, de fato, nunca teremos uma democracia representativa perfeita, pois no Brasil os desvios de conduta de grande parte dos políticos não são punidos com o rigor da Lei. Os corporativos entre os pares explicam em grande parte a permanência dos crimes recorrentes. Em que pese provocar reformas substanciais no organismo político, seria necessário abrir mão de muitas crenças limitantes, como por exemplo “nenhum político presta” ou “todo político é corrupto”, para visualizar um cenário mais amplo,

uma proposição próxima de “preciso buscar informações para basear meu voto em um político que acredito ser o melhor no atual cenário de meu bairro/estado/país”. A mudança de postura do eleitorado pode ser sutil, começando aos poucos e estabelecendo critérios mínimos de escolha, mas logo ela se revelará eficaz para a efetivação de melhorias na conjuntura representativa. Através da eleição de políticos adequados e da constante vigilância sobre suas ações, é possível, não controlar, mas observar se estes estão realmente aptos a exercer as funções que lhe foram designadas. Outra forma de contribuir para melhorar a representação é candidatando-se aos cargos pleiteados. Inserir pessoas novas no cenário político é uma forma de romper o tradicionalismo da representação: Mulheres, negros, pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Assexual, Intersexual e outras variações (LGBTQAI+), professores, bibliotecários, estudantes e todas as classes que ainda estão no nível da sub-representação precisam posicionar-se de forma a ocupar os lugares de poder da sociedade. A esta senda, as discussões pautadas neste subitem intencionaram destrinchar a compreensão da democracia representativa em diversos aspectos. Cada autor elencando acrescentou algo a ser considerado nesta discussão. Entretanto, não há uma forma melhor de conceber a representação como um mecanismo de poder. Poder sobre a sociedade e seu funcionamento, poder sobre a organização de nossas vidas, poder sobre diversos detalhes com que nos deparamos diariamente em nossa rotina. Portanto, a importância da representação não se faz presente somente de dois em dois anos, quando nos dirigimos a uma urna e realizamos nosso voto. Devemos nos lembrar que a escolha que realizamos nesse período trará consequências por muitos anos, quer sejam estas benéficas ou maléficas. A representação vai muito além de designar pessoas a cargos para tomadas de decisão e gestão, ela diz respeito sobretudo ao funcionamento da sociedade, logo tamanha responsabilidade preconiza a relevância deste mecanismo em si.

3 O MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR E AS CARÊNCIAS DE UMA CIDADANIA TARDIA

Esta seção destina-se a caracterização do campo de pesquisa a fim de elencar as necessidades dos cidadãos luminenses, bem como expor os desafios da gestão pública local.

3.1. Caracterização do município de Paço do Lumiar: origens e indicadores sociais

O município de Paço do Lumiar está situado ao norte do estado do Maranhão, na ilha de Upaon Açu e faz parte da Região Metropolitana de São Luís. Segundo informações coletadas no site da Prefeitura do Município (2014), sua ocupação foi iniciada no ano de 1625, quando o governador Francisco Coelho de Carvalho chegou à capital da Província do Maranhão. Posteriormente é instaurado o distrito de Paço do Lumiar através da Resolução Régia de 18 de junho de 1757. Em 1835, o governador Joaquim de Melo e Póvoas desloca-se para o município e o ascende à categoria de vila. Este passa a ser constituído município em 1911, através de divisões provinciais administrativas. Desde então, estendeu-se um longo processo até sua emancipação política. Ora o território passa a ser um distrito municipal de São Luís, em 1937, ora este passa a pertencer ao município de São José de Ribamar, em 1938. Neste último, permaneceu por 21 anos. Somente em 1959 o território é desmembrado do município de São José de Ribamar por meio da lei estadual nº 1.890 e constituído em município. O primeiro prefeito eleito pela cidade foi Pedro Ferreira da Cruz.

Atualmente, Paço do Lumiar é um município em desenvolvimento e encontra-se na 101ª posição do ranking de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Brasil. De acordo com o IBGE (2021) e Atlas Brasil (2017) sua extensão territorial é de 125,30 quilômetros quadrados. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Paço do Lumiar é de 0,724 e apresenta relativa evolução em relação aos anos de 2000, de 0,616 e 1991, de 0,526, respectivamente. A população local é de 122.420 habitantes, sendo dentre estes 51,57% mulheres e 48,43% homens. Em um corte racial, pode-se considerar a população luminese majoritariamente parda e negra, uma vez que estes representam uma parcela de 74,83% em relação aos brancos, que resumem-se a apenas 24,19% totais.

Uma forte característica da região é a presença de grande área rural, mangues e rios, o que contribui para a geração de renda da população. Segundo dados divulgados pelo Atlas Brasil, a renda *per capita* mensal do município cresceu 52,69% desde 2000: neste período a renda era de 291,12 reais mensais, e posteriormente esta avança para 444,50 reais mensais. Entretanto, vale comentar que em 2010 cerca de 7,77% da população de Paço do Lumiar ainda era considerada extremamente pobre, com renda familiar *per capita* inferior a 70,00 reais mensais, 19,04% era considerada pobre, com renda familiar *per capita* inferior a 140,00 reais mensais.

mensais e 44,76% era vulnerável à pobreza, com renda relativa inferior a 255,00 reais mensais. Estes dados expõem as necessidades de melhorias em termos de geração de renda e empregos na gestão municipal, o que se consolida um grande desafio a ser enfrentado.

Em relação aos índices de educação do município, a última pesquisa do Censo Demográfico (2010), apresentou dados positivos de crescimento em comparação aos dados coletados na pesquisa anterior (2000): Em 2000, a taxa de crianças entre 5 e 6 anos na escola era de 88,16%, já em 2010 essa taxa atingiu 96,7%; a proporção de crianças entre 11 e 13 anos que frequentavam a escola era de 63,31%, posteriormente esta apontou um salto para 87,33%; entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de conclusão do ensino fundamental era de 47,75%, no Censo de 2010 este número avançou para 64,60%; por fim, entre os jovens de 18 a 20 anos, a taxa de conclusão do ensino médio apontava cerca de 25,39%, posteriormente esta taxa atingiu 49,00%.

Em relação às taxas de criminalidade, o último Diagnóstico Quantitativo de Criminalidade na Grande Ilha de São Luís (2017) demonstrou que o município está em terceiro lugar na taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais, designados como “crimes violentos letais (“morte por armas de fogo”, “armas brancas”, “instrumentos de ação contundente” e/ou “perfurocortantes”, “esgorjamentos”, “estrangulamentos”, “espancamentos” e “agressões físicas”)), ficando atrás apenas do município de São Luís e São José de Ribamar, o que em números significa que no primeiro semestre de 2017 ocorreram 56 crimes desta natureza na região. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2017).

No tocante à participação da vida política, podemos afirmar que há ainda uma grande desigualdade de gênero nos assentos parlamentares ocupados por homens e mulheres no município. De acordo com dados colhidos no Atlas Brasileiro (2017) a taxa de mulheres eleitas para a câmara municipal era de 29,41%, o que representa disparidade em relação à taxa de homens, de 70,59%. Estes números traduzem a falta de espaço da mulher luminense na vida política, o que implica em basear as decisões que nortearão o município na menor parte da população.

As inferências que podemos adotar a partir dos dados apresentados acima é que o município em questão, apesar de apresentar evolução em diversos setores, ainda carece de melhorias em muitos quesitos. Infelizmente, a coleta de dados desse estudo limitou-se aos anos de 2000 a 2017 tendo em vista que não há estudos mais recentes, portanto não há como apresentar no momento as evoluções e regressões acontecidas nos últimos 5 anos. Entretanto, o que podemos afirmar é que existe a necessidade de mudanças, ou pelo menos, melhorias na gestão pública do município.

3.2 As contradições da Gestão Pública Municipal luminense

As informações elencadas a seguir tem como objetivo situar o panorama político do município e oferecer meios para realizar a propositura revelada neste estudo.

Como vimos, Paço do Lumiar é um município que ainda está em desenvolvimento e carece de melhorias no enfrentamento das mazelas sociais que atingem a população local. Embora saibamos que o cenário geral de muitos municípios brasileiros, sobretudo localizados no Norte e Nordeste, seja de pobreza e má gestão pública, não pode-se justificar esta mesma conclusão para todos os municípios, sem antes analisar as causas de maneira isolada.

O município em questão se faz conhecido pelo histórico de escândalos de corrupção política. O primeiro caso que repercutiu nos veículos de mídia resultou da Operação *Alien*, realizada pela Polícia Federal no ano de 2012, o qual levou à condenação e cassação do mandato eletivo da ex-prefeita Bia Venâncio. Na ocasião, a ex-prefeita foi condenada pelo crime de prevaricação, definido pelo artigo 319 do Código Penal como aquele em que funcionários públicos dificultem, deixem de praticar ou atrasem, de forma indevida, atos obrigatórios de seus cargos com vistas à satisfação de interesses pessoais. (G1MA, 2012) (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, 2019)

Em 2016, o ex-prefeito Gilberto Aroso, filho da ex-prefeita Bia Venâncio, foi condenado por crimes contra a Lei de Licitações. O então prefeito fraudou a montagem de licitações e foi condenado a 6 anos e 3 meses de reclusão. Thiago Aroso, também filho de Bia Venâncio e irmão de Gilberto, também esteve envolvido em escândalos de corrupção e chegou a ser citado como componente de uma organização criminosa. (G1MA, 2012)

Outra denúncia que chamou atenção diz respeito ao ex-prefeito Domingos Dutra, que segundo dados do Tribunal de Justiça do Maranhão, acumula 7 ações por improbidade administrativa. Os processos citam desvio de função dos servidores e irregularidades em licitações. (G1MA, 2016) (G1MA, 2019).

Em 2015, outros escândalos de corrupção do município vieram à tona, desta vez envolvendo os integrantes da família Campos, mais especificamente, os irmãos Fred e Alderico Campos. Alderico, ex-vereador do município, foi denunciado pela Promotoria da Comarca por fraudar licitações relativas a aparelhos eletrodomésticos. Já Fred foi investigado no ano de 2020 por, supostamente, oferecer vantagens a moradores do município para que votassem nele, o que configura no crime de corrupção eleitoral e lavagem de dinheiro. (ALMEIDA, 2020) (G1 MARANHÃO, 2019)

O dossiê de denúncias de corrupção, desvio de verbas e fraudes no município é extenso e atrapalha o desenvolvimento sócio regional. O histórico de problemas envolvendo a gestão

pública do município impede que este atinja um novo patamar nos índices de desenvolvimento humano e alcance melhorias para a população. É necessário que os eleitores luminenses possam enxergar nos gestores públicos a perspectiva de um cenário melhor na política do município. Segundo Ferreira (2015) o papel do gestor público municipal é extremamente relevante pois a ele compete a capacidade de garantir o bem estar dos cidadãos e de aplicar de forma cautelosa e estratégica os recursos públicos disponíveis possibilitando melhorias em todos os aspectos do município.

Sendo assim, é importante lembrar que em Paço do Lumiar como em grande parte dos municípios maranhenses, há um histórico de concentração de poder nas mãos das mesmas figuras políticas, que se revezam nos mandatos. São homens e mulheres absortos na exploração de vantagens que um cargo de responsabilidade pode oferecer. Estes casos ilustram as discussões antes elucidadas neste estudo acerca do problema da representação, mas sobretudo, nos alerta a importância da responsabilidade na utilização deste mecanismo. Há de se questionar qual o papel da política? Qual a responsabilidade de um prefeito, vereador, vereadora? Qual o papel do eleitor? Como a informação contribui para esclarecer e levar ao voto consciente? Estas são questões importantes que movem este estudo e serão discutidas nos resultados finais desta pesquisa.

4 O COMPORTAMENTO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR: como o povo vota

Após o levantamento de dados, utilizou-se a plataforma *Google Forms* e *Google Sheets* para tabular e analisar os dados, de forma que estes permitem melhor visualização gráfica e estrutura de dados por variáveis e respostas subjetivas. Portanto, os resultados apresentados a seguir são oriundos de questionário aplicado no município, contendo questões abertas e fechadas a fim de conhecer o pensamento dos eleitores e refletir sobre a visão da política local.

O questionário utilizado foi estruturado em subseções visando facilitar a disposição das etapas da pesquisa disciplinando melhor os resultados.

4.1 O perfil dos eleitores de Paço do Lumiar

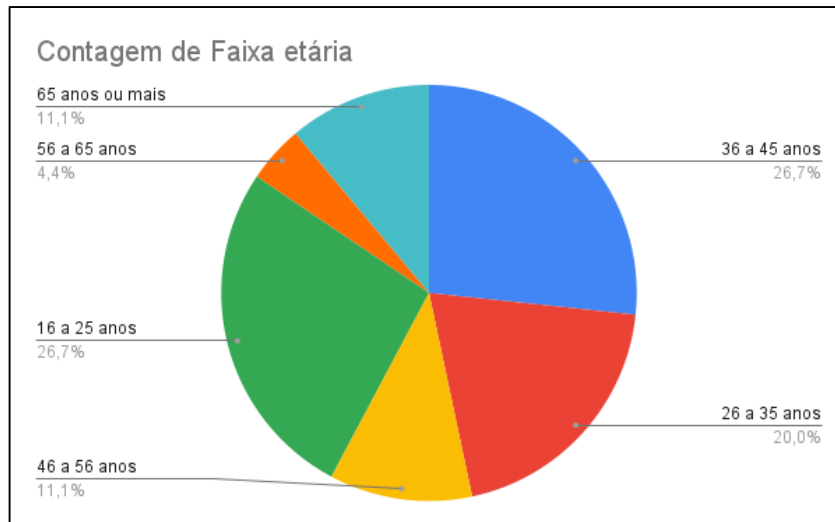
Para identificação dos eleitores as perguntas foram referentes ao Sexo; Faixa Etária; Religião e Raça/Etnia. Os resultados serão apresentados a seguir.

4.1.1 Identificação do (da) respondente (a)

Em relação ao **Sexo** dos participantes da amostra identificou-se que a maioria era do sexo feminino, representando 56% do total da amostra. O sexo masculino foi representado por 44% da amostra. Ao comparar a amostra utilizada com as estatísticas eleitorais de Paço do Lumiar, descobriu-se que há uma boa expressão quanto à porcentagem de eleitores ativos do município por sexo uma vez que, segundo dados do TSE (2021) a população votante do município de Paço do Lumiar está representada por 55% de eleitoras mulheres e 45% de eleitores homens.

No que diz respeito à **Faixa etária**, pode-se observar que as maiores taxas de entrevistados tinham entre 16 a 25 anos, sendo estes 26% da amostra, seguidos daqueles que possuem entre 26 a 35 anos, que totalizam-se em 20% e aqueles que possuem entre 36 a 45 anos, também totalizados em 26% da amostragem. Se levarmos em consideração a soma das faixas etárias citadas podemos inferir que 72% da amostragem possui entre 16 e 45 anos. As estatísticas eleitorais do município, entretanto, apontam que as maiores taxas de votantes ativos possuem entre 25 a 59 anos. Há que se considerar o contexto pandêmico agudo durante a etapa de pesquisa, acredita-se portanto que a baixa representatividade da população 46 e 65 anos ou mais se deu devido aos riscos que a contaminação de Covid-19 pode oferecer para a população de faixas etárias mais altas. A faixa etária detalhada dos participantes pode ser contemplada no gráfico abaixo. (BRASIL, 2021).

Gráfico 2 – Faixa etária dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Em relação à **Religião** da amostra utilizada, identificou-se uma taxa expressiva de evangélicos, os quais totalizaram 28%. Acredita-se que esta taxa deu-se devido à ocasião da primeira aplicação presencial da pesquisa, uma vez que estava presente no local um grupo de jovens e adultos da Igreja Adventista do Sétimo Dia, cujo disponibilizaram-se prontamente a responder o questionário aplicado. Em segundo lugar, constatou-se o predomínio da religião católica na amostra, totalizando 24% do total. Este dado não é uma surpresa tendo em vista que a população maranhense é predominantemente Católica segundo dados do IBGE (2010). 20% da amostra identificou-se apenas como cristãos, não enfatizando nenhuma religião específica. 13% afirmou não ter religião, não deixando claro se acreditavam em algum poder superior ou se eram ateus. Por fim, têm-se os espíritas, os quais somaram-se em 8% do total e em último lugar, os umbandistas, sendo estes apenas 4% do total. Mais à frente nas análises observaremos que a religião da amostra afeta diretamente suas escolhas no processo eleitoral, principalmente no que diz respeito aos evangélicos e cristãos pois estes, em grande parte, refletem os valores que possuem nos candidatos que escolhem.

No tocante à **Raça/Etnia** dos entrevistados denota-se que a maioria declararam-se pardos, sendo estes 44% da amostra total. Atrás destes estão os autodeclarados brancos que somam-se em 31%, depois os autodeclarados negros, que representam 22% do total e por fim, os que optaram não identificar-se como pertencentes a nenhuma etnia ou raça, que somam-se em 2%.

Percebe-se a ausência da população indígena nesta amostra e acredita-se que esta seja explicada devido ao fato de que não há concentrações de terras indígenas na região do município.

4.2 Como os eleitores de Paço do Lumiar concebem o voto e o processo eleitoral

Nesta etapa da pesquisa foram realizadas cinco perguntas, sendo quatro fechadas e uma aberta com o objetivo de analisar qual a frequência de voto desses eleitores, qual relevância eles atribuem ao processo eleitoral e sua visão sobre o processo eleitoral no Brasil.

4.2.1 Visão sobre o voto e processo eleitoral

A primeira pergunta desta subseção visou delimitar a **frequência dos eleitores nas eleições**, onde 86% afirmou que votava em todas as eleições e apenas 13% afirmou não votar em todas as eleições. Considerou-se a taxa de não votantes assíduos expressiva tendo em vista que o voto é obrigatório para todos os cidadãos que possuem entre 18 e 69 anos,

Quando questionados acerca da **relevância do voto** observou-se que a maioria dos entrevistados atribui grande valor ao voto, uma vez que 92% afirmou considerar o voto ao menos importante, também definindo este como Muito Importante. Apenas 2% afirmou ser pouco importante e 6% (3) afirmou não ter importância. Infelizmente, esta concepção sobre o voto não é uma surpresa uma vez os dados do Índice de Desenvolvimento Humano do município é baixo, o que expressa dizer que grande parte dos eleitores tem baixo nível de instrução acadêmica e possuem renda per capita insuficiente para uma vida financeira confortável, pois como concebe Freire (2001) os indivíduos que vivem em dificuldade econômica geralmente não dedicam-se com afinco às atividades políticas tendo em vista que a necessidade de gerar renda e a luta por sobrevivência, que ocupa a maior parte de seu tempo, portanto é esperado que uma parte da população do município, por viver em um cenário de baixa renda não busque observar na política um caminho para a superação das dificuldades econômicas impostas.

Desta forma, no momento da justificativa quanto à relevância do voto, chamou atenção o fato de que ao mesmo tempo que grande parte da amostra considera o voto importante, boa parte não soube desenvolver uma explicação profunda para essa afirmação. As afirmações dos eleitores denotaram superficialidade e falta de entendimento acerca dos aspectos que compõem o exercício da cidadania pelo voto.

Esta superficialidade está destacada nas assertivas abaixo:

- *Devida a escolha dos candidatos.*
- *Porque decidimos o rumo da nossa cidade para os próximos 4 anos.*
- *Pela decisão de quem vai "governar" sobre mim...*

- *Com certeza é importante, pois somos cidadãos.*
- *Quem vota pode cobrar seus direitos.*
- *Por que é através do voto que podemos ter um futuro melhor.*
- *É necessário, mas confesso que nem sempre acompanho direito as eleições e escolho candidatos que não conheço bem.*
- *Não sei informar mas acho que é uma boa forma de obter benefícios.*

Pode-se afirmar que os eleitores de Paço do Lumiar não possuem uma mentalidade política madura, o que indica a necessidade de estudar política e desenvolver práticas de participação ativa da sociedade nas ações políticas. É necessário que seja desenvolvida a consciência acerca da relevância do voto à luz de sua função para a configuração da sociedade. Com intento, considera-se a concepção de Moraes (2013, p. 180) que percebe o voto como um “um direito público subjetivo, sem, contudo, deixar de ser uma função política e social de soberania popular na democracia representativa”.

A pesquisa constatou que poucos eleitores possuem uma noção aprofundada do papel do voto para a transformação da sociedade, dentre as afirmações mais expressivas destaco as seguintes:

- *A política do governo, estado e município diz muito sobre o que acontecerá com seu futuro social, econômico e trabalhista dentre outras áreas, por isso a importância do voto.*
- *O cidadão deve participar do processo eletivo de seu município, estado e governo pois dele provém os frutos sociais, econômicos e trabalhistas, dentre outros.*
- *O Voto é muito importante não para mostrar o poder de um político específico, mas sim o poder do povo.*
- *É de suma importância escolhermos os representantes, para que represente o povo em decisões políticas.*

Por outro lado, uma expressiva quantidade da amostra manifestou desinteresse e até desânimo em relação ao voto afirmando que não é possível realizar mudanças no cenário vigente uma vez que não acredita na política pois ela é baseada em promessas, deixando claro que só votam devido ser uma obrigatoriedade. Esta última deixa sustenta a concepção de Pes e Fleig (2018, p. 127) de que a obrigatoriedade do voto não implica necessariamente na escolha de um candidato, portanto para os autores “Compelir as pessoas a irem às urnas não adiciona valor algum, nem garante segurança aos regimes democráticos”. É necessário muito mais que apenas comparecer às urnas para de fato fazer valer o exercício democrático.

Desta forma, as afirmações destacadas abaixo expressam bem o desinteresse eleitoral.

- *Porquê é só promessas e nada é feito...*
- *Só voto pois sou obrigado.*

- Voto sempre branco ou nulo.

- Acredito que cada voto possa sim fazer diferença, porém no cenário atual, onde não se possui confiança e honestidade em nenhum candidato, o voto não pode tornar esse candidato em alguém ideal para o cargo.

- Antes eu votava em todas as eleições, mas hoje em dia não, pois acho todos corruptos.

No que diz respeito à **segurança do processo eleitoral**, cerca de 60% considerou o processo eleitoral brasileiro seguro e confiável, entretanto 40% afirmou que não consideram o processo eleitoral seguro. Acredita-se que boa parte dos respondentes não tem confiança no processo eleitoral devido ao surgimento de notícias falsas que envolvem a urna eletrônica e a seguridade do voto, surgidas principalmente nas eleições de 2018. Mas, é importante lembrar que a desconfiança levantada pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, acerca da lisura das eleições de 2018 favoreceu a criação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de número 135/19, que tornaria obrigatório o voto impresso, porém esta foi rejeitada por 23 votos a favor e 11 contra em Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Vale comentar que após auditoria do Tribunal de Contas da União foi atestado que não há possibilidade de fraude e que, ao contrário dos boatos divulgados, a urna é auditável e permite a recontagem dos votos. (BRASIL, 2021) (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021)

Outro dado interessante veio à tona quando questionou-se: **Você votaria em todas as eleições se o voto fosse opcional?** Os dados mostram que 66% dos entrevistados afirmou que participaria independentemente da obrigatoriedade; 33% afirmou que não participaria. A este respeito, Pes e Fleg (2018) denotam que o voto obrigatório funciona como legitimação das instituições democráticas, tendo em vista que estas funcionam porque seus dirigentes são eleitos, assim o eleitorado aceita participar das eleições independente do resultado, pois muitos utilizam o voto em branco e o voto nulo. Desta forma, cabe aos eleitores decidir quando e como exercer a soberania popular, pois a obrigatoriedade implica na submissão desta soberania ao estado, pela força que a obriga a votar. Entretanto, a concepção de Mill (1981) nos apresenta que a ação humana é determinante para a existência e o funcionamento das instituições políticas, tendo em vista que o mecanismo político não age sozinho. A questão do voto obrigatório é complexa pois sua determinação implica na ação do povo e no comparecimento às urnas, porém, é necessário muito mais para que a democracia representativa ocorra de fato. A democracia está pautada nas deliberações do povo em decidir o candidato que melhor irá representá-lo na urna, para que o cenário representativo exprima da melhor forma possível os intentos dos cidadãos.

Portanto, suspeita-se que a indiferença de uma parte do eleitorado sobre o processo eleitoral é resultante do cenário caótico da política eleitoral brasileira que culminou na deslegitimação não apenas do voto, mas de todas as instituições políticas encarregadas da gestão e fiscalização do processo eleitoral.

4.3 Quais os problemas de maior dimensão social apontado pelos eleitores

Nesta fase da pesquisa buscou-se evidenciar o que os eleitores pensam a respeito do cenário político atual, bem como até que ponto consideram que este seja sua responsabilidade e as motivações dos eleitores para participar do processo eleitoral.

4.3.1 Cenário político em Paço do Lumiar

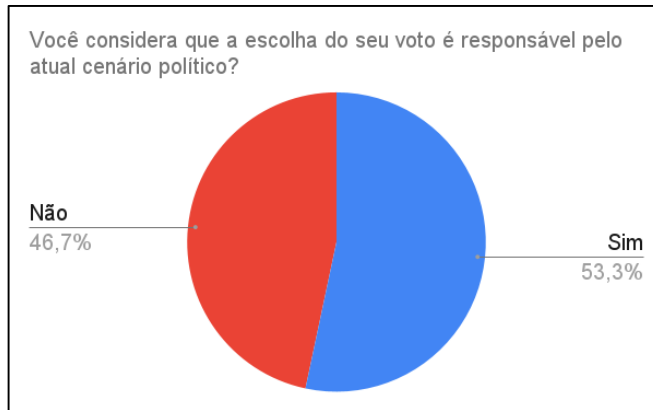
Referente ao pensamento dos eleitores a respeito do **Cenário político do Brasil** evidenciou-se uma grande insatisfação dos sujeitos da amostra: 42% dos sujeitos da amostra alegaram que estava “Ruim” e 24% afirmou que consideram “Regular”. Ademais, 22% acreditam que esteja “Bom” e 11% acreditam que esteja “Muito Bom”.

Em relação ao **Cenário político do Maranhão**, verificou-se que a maior parte dos eleitores, ou seja 33% veem o cenário político como “Regular”, 31% considerou o cenário “Bom”, 24% considerou que está “Ruim” e 11% considerou “Muito Bom”.

No que diz respeito **Cenário político em Paço do Lumiar** houve equivalência no percentual dos eleitores que consideram o cenário “Ruim” e “Regular” onde em ambas as categorias tem-se 33%. 26% considerou o cenário “Bom” e apenas 6% acreditam que seja “Muito Bom”. É interessante ressaltar que em nenhuma categoria houve um eleitor que considerasse o cenário político “Excelente”. Acredita-se que este último dado traduza uma considerável ampliação da concepção dos eleitores acerca do status quo da política brasileira, pois era esperado que uma taxa, ainda que pequena, consideraria o cenário excelente em algum nível elencado nesta pesquisa.

Um dado interessante chamou atenção quando questionou-se aos eleitores: **Você considera que a escolha do seu voto é responsável pelo atual cenário político?**, pois percebeu que quase metade da amostra não acredita que suas escolhas políticas sejam responsáveis pelo cenário atual. O gráfico a seguir ilustra esta porcentagem.

Gráfico 3 – Responsabilidade dos eleitores pelo cenário político



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No momento da justificativa para a pergunta acima percebeu-se que os eleitores que acreditam ser responsáveis pelo cenário político assumiram que as suas escolhas políticas levaram ao cenário atual, entretanto alguns destes eleitores alegaram ter sido enganados pelos candidatos pois mesmo após selecionar de forma consciente aquele que acreditavam ser o candidato ideal, não aconteceram as mudanças esperadas. Dentre estes, apenas dois respondentes citaram a necessidade de educação como insumo para a tomada de decisão consciente; e outro enfatizou a pandemia como fator resultante do cenário político atual.

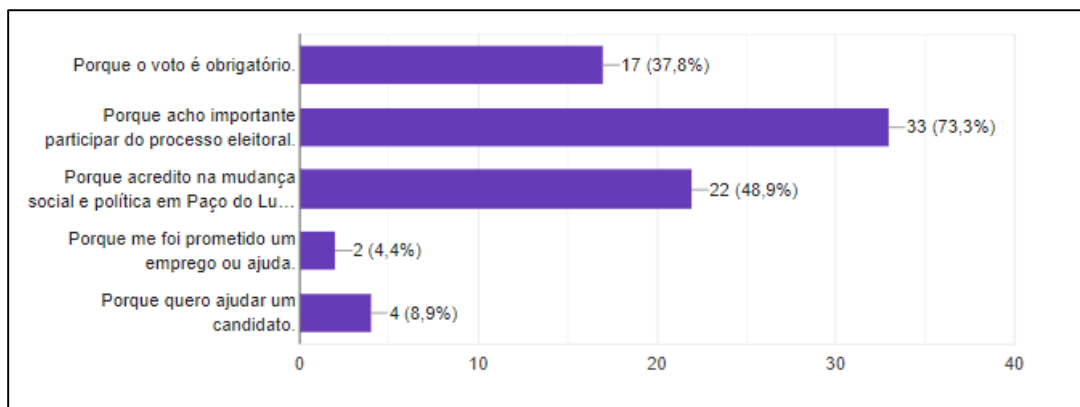
Entre os eleitores que não se consideram responsáveis pelo cenário político, percebeu-se uma postura impotente em suas afirmações pois estes enfatizaram que não podiam fazer nada para mudar o cenário atual, ou ainda que os políticos e a política era desonesta portanto não havia muito a ser feito para mudar isso. Estas afirmações demonstram que uma parcela significativa da população luminense ainda não se vê, de fato, como parte ativa do processo eleitoral, nem como peças constituintes da representação e do voto.

Contraditoriamente, quando questionados: **Você acredita que a participação política de Paço do Lumiar poderia ser melhor?** atestou-se que 91% acredita que sim e apenas 9% não acredita. Entende-se que estes eleitores sentem que a participação eleitoral do município precisa melhorar e que os eleitores devem engajar-se mais nas ações políticas, entretanto ressalta-se uma acomodação por parte dos mesmos, pois ainda não há ações efetivas para mudar esta participação.

No que diz respeito às **motivações dos eleitores para participar do processo eleitoral** (ver gráfico 4), constatou-se que cerca de 73% é motivado pela importância de participar do processo eleitoral, além disso em segundo lugar, com 48% tem-se a crença na mudança social e política de Paço do Lumiar como motivação para o voto. Sendo assim, poucos elencaram motivações pessoais: cerca de 8% afirmou que sua motivação encontrava-se em ajudar um

candidato e 4% afirmou que sua motivação se dá devido à promessa de um emprego ou ajuda. Este não é um cenário inesperado pois é costumeiro que no Brasil aconteçam trocas de favores entre os candidatos e os eleitores em todos os tipos de eleições. Este cenário confirma-se na obra da pesquisadora maranhense Mary Ferreira, intitulada Vereadores e prefeitas maranhenses: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero⁵, publicada no ano de 2015, cujo dados apontam a troca de favores como motivações para o voto no cenário político no município de Chapadinha.

Gráfico 4 – Motivações para participar do processo eleitoral



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Infelizmente, a participação eleitoral no Brasil ainda é cerceada em grande parte pela troca de favores e benefícios, o que leva a eleição de candidatos inadequados no cenário político, este fator é um agravante extra para o desgaste da representação no Brasil e consequentemente o enfraquecimento do seu prisma democrático.

4.3.2 Principais problemas municipais apontados pelos eleitores

Este momento da pesquisa foi utilizado para compreendermos quais os principais problemas sociais apontados pelos eleitores do município, se eles acreditam que a administração pública atual possa realizar mudanças nos problemas apontados e qual seria, em termos de características, o candidato ideal para eles.

Dentre os problemas apontados há uma boa distribuição de opiniões, como se observa abaixo:

⁵FERREIRA, Maria Mary. **Vereadoras e prefeitas maranhenses: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero**. São Luís: EDUFMA, 2015.

Gráfico 5 – Principais problemas sociais



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O problema social mais apontado foi a “**Infraestrutura - Transporte, moradia e pavimentação**”, não sendo uma surpresa pois em Paço do Lumiar existem muitos problemas estruturais como buracos no asfalto, deficiência no transporte público, deficiência na iluminação pública, escolas desestruturadas, entre outros. Outro item com bastante votos foi a “**Segurança Pública**”, porém como vimos na Seção 3, em dados apresentados pelo Diagnóstico Quantitativo de Criminalidade na Grande Ilha de São Luís (2017), a falta de segurança pública é um problema generalizado em toda a ilha de São Luís. Em empate com este item, temos a questão do “**Lazer**”, uma vez que é necessário ter mais locais que possam oferecer conforto, segurança e atividades de lazer para as famílias do município.

Surpreendentemente, o problema “**Infraestrutura - Ausência de bibliotecas, museus e casas de cultura**” também esteve entre os mais bem votados, onde pode-se inferir que a população luminense carece de atividades que valorizem a leitura, o conhecimento e a cultura local.

No entanto, chamou a atenção que o problema com menos votos foi a “**Violência contra a mulher**”. Acredita-se que muitos dos sujeitos da amostra tendem a generalizar este problema no item da “Falta de Segurança Pública” pois no momento da entrevista muitos afirmaram que a violência era geral e não apenas contra a mulher, o que nos leva a refletir que os entrevistados não percebem a violência contra a mulher como resultado da estrutura patriarcal, pois como afirma Pateman (1993) a dominação do homem sobre a mulher origina-se na formulação do contrato social, portanto a liberdade civil é um atributo masculino que depende do patriarcado, sendo assim o pacto original é um social, no sentido da criação do direito dos homens sobre as mulheres e sexual, pois estabelece o acesso sistemático do homem

sobre o corpo da mulher. O patriarcado é um entrave que permite a justificação da violência contra as mulheres, sendo necessário discutí-lo com cautela para compreender suas origens e pensar soluções para rompê-lo.

Posteriormente, ao realizar a pergunta **Você acredita que os atuais representantes municipais estão aptos a realizar alguma mudança nos problemas sociais apontados?** muitos eleitores exprimiram descrença já que 44% afirmaram que não acreditam na capacidade da gestão atual. Entretanto, a maior parte, 56% afirmou que acredita sim na capacidade da realização de mudanças nos problemas apontados. Acredita-se que em parte este otimismo esteja pautado no fato de que a eleição da Prefeita Paula Azevedo, no ano de 2020, rompeu com a oligarquia das famílias Campos e Aroso no mandato municipal oferecendo novos ares para a política local e esperança de um cenário político mais harmônico, assim como refletem Manin, Przeworski e Stokes (2006) os eleitores, no sistema representativo geralmente estão interessados em todos os benefícios que os governantes possam oferecer, o que vai muito além da satisfação de demandas mínimas. Assim, uma figura nova no poder fornece a manutenção da esperança de obter um panorama social melhor.

Por fim, foi pedido aos entrevistados que apontassem as **principais qualidades de um bom candidato ou candidata à representação**. Diagnosticou-se nas respostas que grande parte dos eleitores enfatizou principalmente a honestidade, caráter, comprometimento com os eleitores, bem instruído (a) e a capacidade de traçar bons planos no seu mandato. É interessante notar que a corrupção ganhou um destaque no senso comum brasileiro nos últimos anos, mais especificamente a partir do ano de 2015, onde a crise política atingiu seu pico com a perseguição política e posterior destituição da presidente Dilma Rousseff⁶. Frentes liberais e de direita, como o Movimento Brasil Livre⁷ e o Movimento Vem Pra Rua⁸ adotaram o *slogan* da anticorrupção como ideal para suas articulações. Desta forma, destacou-se a honestidade e a ética política como palavras de ordem para os brasileiros indignados com o cenário político atual. Portanto, acredita-se que esta seja a principal causa para que os eleitores apontem de forma tão efusiva a honestidade como característica ideal para os candidatos a cargos eletivos.

Dentre as afirmações mais expressivas destaco as seguintes:

- *Pró-atividade, ser uma pessoa de palavra, ser honesto.*
- *Honestidade, compromisso com a população, valorizar os professores*

⁶<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

⁷ Movimento político brasileiro liberal conservador fundado em 2015.

⁸ Movimento político brasileiro fundado em 2013, cuja principal atividade é a luta contra a corrupção.

- *Que se identifiquem com o povo e seus anseios, conservador e que coloque Deus acima de tudo...*
- *Transparência, Humildade, Atitude.*
- *Não entrar na política, ser contra o sistema, abolir direitos políticos e privilégios.*
- *Ser transparente em seus contratos, cumprir o que realmente prometem, realmente ir nas comunidades e realizar projetos.*
- *Integridade, Ter um bom histórico, ser comprometido em representar alguém.*
- *Aquele que toma boas decisões, Empenhado em resolver problemas, Solicito.*
- *Um que tenha bons objetivos na eleição, alinhado às necessidades municipais, que saiba utilizar os recursos disponíveis.*
- *Temente a Deus, Familiar, Bem sucedido.*
- *Produtivo, ético, coerente.*

É notável ainda que alguns eleitores evidenciaram seus valores cristãos na definição de um candidato ideal ao afirmar que desejam um “candidato conservador” ou “temente à Deus”, o que exprime que cada eleitor tem uma concepção de voto consciente ou candidato mais qualificado. Este fenômeno expressa com clareza o modelo psicossocial do voto, explicado por Freire (2001, p. 44) como aquele em que “[...] as influências sociais se fazem sentir no comportamento eleitoral através da mediação das atitudes políticas. Estas atitudes dizem respeito à forma como os indivíduos os fenômenos políticos e a conjuntura (econômica, social, política, etc.)”. Portanto, as concepções que os eleitores possuem do mundo a sua volta é capaz de influenciar diretamente na escolha por um candidato.

Também é interessante notar que alguns entrevistados consideram a política algo ruim, afirmando que o candidato bom é aquele que não se envolve na política. Esta concepção errônea tende a diminuir a política ao jogo político desonesto existente tanto nas eleições como no cenário político de corrupção e esquemas indevidos para obtenção de vantagens. Infelizmente, muitos eleitores não compreenderam ainda que a política é um meio importante para a transformação social, desta forma colocam-se em posição de impotência e não tem clareza do que podem e devem fazer para mudar a realidade social existente.

4.4 Como adquirem informação e como usam para fortalecer a cidadania

A última etapa da pesquisa visou analisar o papel da informação e seu valor na vida política dos eleitores de Paço do Lumiar, se os eleitores utilizam a informação como instrumento para aprimorar sua escolha e, segundo o critério dos próprios respondentes, como podemos conhecer melhor um candidato político ou definir mais precisamente aquele que será ideal.

4.4.1 Informação e voto: fatores de influência para o processo eleitoral

A primeira pergunta realizada nesta etapa foi “**Você utiliza algum canal de informação para saber mais sobre os candidatos que estão concorrendo aos cargos políticos? (televisão, jornal, redes sociais, rádio)**” e visou apurar se os eleitores utilizam algum canal de informação para conhecer melhor os candidatos, suas propostas e seus antecedentes. Neste sentido, 77% dos entrevistados alegou que utiliza meios como televisão, jornal, redes sociais, entre outros e apenas 22% afirmou não utilizar nenhum meio informativo. Quando questionados se os eleitores já haviam pesquisado **informações sobre um candidato específico para conhecer seu histórico político**, 57% afirmou que sim e 42% afirmou nunca ter pesquisado. Dentre as justificativas para a resposta negativa ressaltou-se principalmente a falta de interesse e a ideia de que nada pode ser modificado no cenário político, conforme observa-se nas respostas abaixo:

- *Porque não acredito em política.*
- *Não tenho interesse.*
- *Todos são iguais. Os que vão ser e os que já foram da politicagem.*
- *Não gosto de política.*
- *Acredito que o que vejo na televisão seja suficiente para conhecê-lo.*
- *Não, pois nunca gostei muito de política então não tenho interesse.*

É perceptível que mesmo que muitos eleitores possuam acesso à fontes de informação, estes não buscam informar-se por indiferença ao processo eleitoral, portanto, como afirma Castells (2000) apenas o acesso aos meios de difusão da informação não é suficiente para que a sociedade seja de fato uma Sociedade da Informação, é preciso compreender a dinâmica estrutural da sociedade integrada pelos meios de informação.

Quando foi questionado aos eleitores, **Você já se arrependeu alguma vez de ter escolhido determinado candidato (a)?**, a maior parte destes afirmou que sim, totalizando 82% da amostra. Somente 17% afirmou nunca ter se arrependido. Ao justificarem o arrependimento muitos enfatizaram a mudança de comportamento dos candidatos, alegando que no momento das eleições estes demonstravam ter bons ideais, propostas interessantes e desejo de mudança, entretanto após eleitos corromperam-se e não fizeram nada do que haviam se comprometido a fazer, conforme destacam as assertivas abaixo:

- *Porque em propagandas eleitorais se mostrou de um modo e logo após as eleições, e ter se candidatado mudou de atitudes.*
- *Porque mentiu para o povo somente para chegar ao poder.*
- *Muitos dos que escolhemos, não estão lá para representar o povo, que os elegeram.*

- Era um candidato novo, que estava iniciando na política e tinha objetivos e metas sociais que eu compartilho. Porém ao alcançar o cargo desejado, fez o mesmo ou até pior que os outros que já estavam lá.

- Por que no final das contas ele se corrompeu ao sistema corrupto.

- Por não cumprir nada daquela que tinha prometido, e ainda deixar pior do que quando assumiu o cargo.

Percebe-se nas afirmações que os candidatos eleitos desviaram-se de seus objetivos iniciais, o que é uma prática comum na representação, pois conforme apontam Manin, Przeworski e Stokes (2006) os candidatos desviam-se de seu mandato e de seus objetivos a partir do momento em que estes colocam suas motivações e interesses pessoais acima do compromisso firmado durante a época de campanha com a sociedade. Seja conspirando contra seus rivais políticos, seja beneficiando familiares e amigos trabalhando para incremento de suas próprias riquezas.

Por fim, buscou-se elencar **os principais critérios que os eleitores utilizam ou deveriam utilizar para escolher um candidato** alinhado às suas necessidades e de seu município. Neste ponto da pesquisa, os eleitores enfatizaram uma grande variedade de critérios e ações que os eleitores devem tomar para escolher o melhor candidato. Cerca de 42% sinalizou a busca pelo histórico pessoal e familiar do candidato, inclusive se este candidato já participa de alguma atividade em prol da comunidade ou dentro do próprio cenário político em mandatos passados. Estes eleitores acreditam que analisando as ações passadas dos candidatos será possível ter uma boa ideia de como se comportarão após eleitos. As respostas destacadas a seguir evidenciam este critério:

- Acredito que devemos votar em candidatos que já sejam conhecidos por seu trabalho dentre algum meio seja social ou mesmo do cenário político, que tenha boas propostas e boas informações de vida conhecida de todos.

- Conhecer o passado do candidato, conhecer suas propostas e verificar se de fato é verdade o que é dito por ele.

- Conhecer sua vida pública e social, saber seu histórico de vida pregressa, e se valoriza os valores cristãos.

- Temos que pesquisar sobre, ver seu histórico e se já fez algo pela comunidade antes de se candidatar.

- É necessário que nos comportamos como empregadores que precisam de pessoas de confiança para administrar seus bens, e que estamos em processo de contratação, e então analisar o currículo dessa pessoa:

1. Analisar histórico e desempenho em outros cargos.

2. Comportamento em eleições passadas, como promessas, e que de fato foi cumprido durante o mandato.

3. Analisar a pessoa social dele, sob quais influências ele está cercado, como partido, colegas próximos, ideias de vida que ele compartilha, causas sociais que ele abraça, comportamento diante do povo pós eleição.

- Histórico, posicionamento, projetos de mandato.

Outro ponto bastante evidenciado foi a análise das propostas dos candidatos onde 28% citou a coerência e possibilidade real de concretizar as propostas realizadas em campanha, como pode-se denotar abaixo:

- *Não prometer o que não pode realizar. Acima de tudo ser honesto. Ter projetos para melhorar a vida da população.*
- *Seu histórico político, suas propostas e esperar que realize.*
- *Pesquisar a biografia para conhecer a história do mesmo, analisar propostas, e ser simpático com o povo. Relacionamento bom.*
- *Pesquisar seus antecedentes; Observar se existe realismo em sua campanha; Analisar se as propostas do candidato são viáveis.*

Em relação a campanha eleitoral e discurso, 15% destacou este ponto como relevante para escolher um bom candidato, eles afirmam que é necessário observar o comportamento do candidato durante a campanha e a ideologia que o candidato prega e se identificam-se com os valores e bandeiras do candidato. Observou-se também que poucos salientaram a questão partidária visto que apenas 8% citou o histórico do partido e os viés ideológico cunhado por este.

Confirmou-se ainda que uma quantidade muito pequena da amostra percebe a participação da vida política como critério necessário para a boa tomada de decisões. Apenas 4% da amostra citou que devem participar da vida política na comunidade por meio de fóruns, reuniões e algum tipo de planejamento municipal para que desta forma estejam a par dos acontecimentos e necessidades do município:

- *Ler propostas; Procurar um candidato que eu me identifique; Participar de pautas políticas em fóruns, reuniões e se possível planejamento municipal para que eu fique por dentro dos problemas.*
- *Notícias; Pesquisar outros mandatos; Participar da vida política.*

Outra parcela da amostra, cerca de 6% declarou que não existe forma de saber qual melhor candidato pois não confiam na política, uma vez que todos os candidatos são corruptos e tem apenas interesses financeiros. As argumentações abaixo expõem este pensamento:

- *Não podemos. É uma loteria. Tem que dá sorte.*
- *Não tem importância. Todos são farinha do mesmo saco, de direita ou esquerda ou de “centrão”, todos querem dinheiro e poder. O melhor candidato é aquele que não entra na política.*
- *Na verdade nenhum candidato é confiável.*

Durante as entrevistas foi possível constatar que os eleitores de Paço do Lumiar ainda observam o processo eleitoral como um jogo de interesses e que precisam desenvolver maior consciência cidadã e política através da leitura e do conhecimento para estarem aptos a enxergar a relevância do voto e de todo o processo eleitoral. Os cidadãos da amostra carecem de perspectivas que apresentem um cenário político mais otimista e democrático para

desenvolverem confiança que a realidade pode ser transformada por meio da escolha de representantes adequados para sua comunidade. É necessário enfatizar que a falta de bibliotecas e casas de cultura em Paço do Lumiar são um grande empecilho ao avanço da consciência crítica e social dos eleitores, uma vez que os únicos espaços públicos que oferecem conhecimento e leitura são as escolas públicas de Paço do Lumiar.

Existe ainda um longo processo até o amadurecimento político e social dos eleitores e este só poderá desenvolver-se através de políticas de ação e campanhas de conscientização acerca do voto, bem como o estímulo à autonomia destes cidadãos para que possam buscar informações e critérios que os ajudem a julgar qual o melhor representante para a comunidade e para eles mesmos.

5 CONCLUSÃO

Este estudo visou refletir a questão do voto consciente e o uso da informação no contexto político para compreender como os cidadãos luminenses exercem a cidadania no contexto democrático. Sabe-se da importância de utilizar os conhecimentos adquiridos na universidade para proporcionar mudanças na sociedade uma vez que os aprendizados absorvidos durante a formação acadêmica tão logo atingem à sociedade na forma de projetos benéficos à população, novas tecnologias, programas sociais e sobretudo profissionais dispostos a melhorar sua comunidade, independente da área de formação.

O principal objetivo desta pesquisa foi estudar o comportamento eleitoral de Paço do Lumiar a fim de compreender qual o papel da informação no processo eleitoral tendo em vista a importância do voto para a construção da consciência cidadã. Para atingir este objetivo foi realizada, inicialmente uma pesquisa bibliográfica sobre o Voto, a Cidadania, a Democracia e a Informação elencando estas como elementos centrais para a construção do aporte teórico desta pesquisa. Após esta etapa, empreendeu-se um levantamento de dados com vistas a caracterização do município de Paço do Lumiar e apontar os seus principais indicadores sociais, tendo como base o site do IBGE e da prefeitura municipal. Em seguida, realizou-se uma pesquisa de campo, através do instrumento metodológico questionário semiestruturado, no município de Paço do Lumiar. O questionário foi dividido em 4 dimensões, onde cada uma visou atingir um objetivo deste estudo. As dimensões delimitadas foram:

1. Identificação do entrevistado;
2. Visão sobre o voto e processo eleitoral;
3. Cenário político em Paço do Lumiar;
4. Informação e voto: fatores de influência para o processo eleitoral.

A amostra utilizada para a pesquisa foi composta por 45 eleitores e eleitoras na faixa etária de 16 a 65 anos ou mais e votam no município em questão. A aplicação se deu na forma online tendo em vista o contexto pandêmico, por meio da plataforma Google Forms; e também presencial, em quatro visitas realizadas a espaços com grande movimentações de pessoas nos bairros Maiobão, Paranã e Sede do Paço do Lumiar.

Os dados resultantes da pesquisa me permitem concluir que de, de modo geral, os eleitores de Paço do Lumiar consideram o processo eleitoral e o voto ferramentas importantes para o funcionamento da sociedade, contudo a visão destes eleitores sobre o voto e a cidadania é bastante limitada e apresenta inconsistências na formulação de concepções sobre o tema.

Desta forma, os eleitores de Paço do Lumiar não utilizam a informação como fonte para sustentar suas escolhas no processo eleitoral, estes se baseiam em notícias de fácil acesso

disponibilizadas na televisão, rádio ou na internet, através das redes sociais. Apontou-se que uma parte da população estudada de forma alguma acredita na mudança social e política tendo em vista que ignoram e optam por não participar do processo eleitoral, não comparecendo às eleições ou votando em branco ou nulo. A pesquisa indicou que não existe autonomia dos eleitores para buscarem dados e informações que os ajude a votar de forma consciente e crítica.

Deste modo, é importante pontuar algumas indicações deste trabalho como forma de apontar soluções para as lacunas encontradas. A primeira urge da necessidade da implantação de uma biblioteca pública no município de Paço do Lumiar com capacidade de disseminar informações para a população, visando a promoção de debates políticos em consonância com a sociedade para assim fortalecer a consciência crítica dos eleitores luminenses e demonstrar a importância do voto para a cidadania e para a transformação social tão almejada pela população. Outra indicação demanda da carência de espaços de preservação da memória cultural de Paço do Lumiar, tendo em vista que apontar de forma profunda as origens do município foi uma dificuldade pontual na caracterização do município.

Por fim, ênfase ainda que é necessário que a Câmara Municipal de Paço do Lumiar crie uma política de conscientização para os eleitores de Paço do Lumiar para motivar os eleitores a serem cidadãos ativos no processo eleitoral, que saibam analisar, definir e explorar as opções disponíveis de candidatos.

Portanto, conclui-se que o comportamento eleitoral dos eleitores de Paço do Lumiar é subdesenvolvido, pouco informado e baseado em notícias de acesso fácil. Este comportamento pode e deve ser melhorado para que os cidadãos possam além de beneficiar-se do processo eleitoral, melhorar sua comunidade com ações voltadas ao desenvolvimento de projetos e ações benéficas a população.

REFERÊNCIAS

ACESSO à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Suplemento.

AGÊNCIA câmara de notícias. **Comissão especial rejeita, por 23 a 11, o voto impresso obrigatório**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/790507-comissao-especial-rejeita-por-23-a-11-o-voto-impresso-obrigatorio#comentario>. Acesso em: 07 jan. 2022.

AGÊNCIA câmara de notícias. **Conheça a história do voto no Brasil**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/90154-conheca-a-historia-do-voto-no-brasil/>. Acesso em: 29 jun. de 2020.

AGÊNCIA câmara de notícias. **Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ANDRADE, Ana; MAGALHÃES, Maria. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, v. 8, n. 1, p. 48-59, 1979.

ARAÚJO, Maria; SILVA, Izabel; SANTOS, Desirree. (Org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARRUDA, Felipe. **Oito tecnologias inventadas para a guerra que fazem parte do nosso cotidiano**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/tecnologia-militar/34671-8-tecnologias-inventadas-para-a-guerra-que-fazem-parte-do-nosso-cotidiano.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ATAÍDE, Maria. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 26, n. 3, 1997. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/22308>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BAKUNIN, Mikhail. A ilusão do sufrágio universal. In: _____. WOODCOCK, George. (Org.) **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM, 1986, pp. 98 100. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46140/751375139015>. Acesso em: 28 de mar. 2021.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1974.

BENEVIDES, Maria. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BERNARDINO, Maria; SUAIDEN, Emir; CUERAS-CERVERÓ, Aurora. A biblioteca pública e sua função educativa na sociedade da informação. **RACIn**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 5-20, 2013.

BIBLIOTECAS digitais podem assegurar continuidade enquanto a COVID-19 reduz a atividade acadêmica. UNESCO, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/bibliotecas-digitais-podem-assegurar-continuidade-enquanto-covid-19-reduz-atividade-academica>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BICHERI, Ana; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. **Bibliotecário Escolar**: um mediador de leitura. *Bibl. Esc. em Rev.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 41-54, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e a lição dos clássicos. 1. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/262/1/Paulo%20Bonavides-Ciencia%20Politica.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/35024.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Secretaria de Documentação, 2019. 577 p.

BRASIL. Decreto nº 8213, de 13 de agosto de 1881. Regula a execução da Lei nº 3029 de 9 de janeiro do corrente ano que reformou a legislação eleitoral. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 854-923. 1881.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei Federal 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19100.htm. Acesso em: 11 de jun. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado - por sexo e faixa etária.** Tribunal Superior Eleitoral. 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado - eleitores faltosos.** Tribunal Superior Eleitoral. 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/faltosos>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas Eleitorais.** Tribunal Superior Eleitoral. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRITO, Denilson. Lei de Acesso à Informação e o exercício da cidadania: a experiência da Ouvidoria Eleitoral do Tocantins. **Edição Especial Revista Jurídica**, ano 11, n. 2 /2017; ano 12, n. 1 e 2/2018; ano 13, n. 1/ 2019. Disponível em: https://www.tre-to.jus.br/o-tre/publicacoes/arquivos/revista-juridica-tre-to/rybena_pdf?file=https://www.tre-to.jus.br/o-tre/publicacoes/arquivos/revista-juridica-tre-to/at_download/file. Acesso em: 20 abr. 2021

BURCH, Sally. Sociedade da informação/sociedade do conhecimento. In: AMBROSI, Alain et al (Orgs.). **Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação.** Paris: C & F Éditions, 2005. Disponível em: <https://vecam.org/archives/article519.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BUSH, Vannevar. As we may think. Tradução de Fábio Mascarenhas e Silva. **Atlantic Monthly**, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/372315/mod_resource/content/1/AsWeMayThink.pdf. Acesso em: 19 jul. de 2020.

CAJADO, Ane; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/704>. Acesso em: 14 de jun. 2021.

CAMPELLO, Bernadete. **A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Retratos da Sociedade Brasileira: eleições 2018.** Brasília: CNI, 2018. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/83/e2/83e216d3-af42-4438-a84a-0a25df5f345b/retratosdasociedadebrasileira_45_eleicoes2018.pdf

DE GÓIS, Chico. **Os bens que os políticos fazem.** São Paulo: LEYA, 2013.

DE GOUGES, Olympe. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**. In: BONACCHI, Gabriela; GROUPI, Angela (Org.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 297-312.

DIAS, Renata. Voto consciente: um forte instrumento de mudança política e social. **Revista Eletrônica da EJE**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 21-23, ago./set. 2012.

DRAHOS, Peter. **Information Feudalism in the Information Society**. The Information Society, v. 11, n. 3, p. 209-222, 1995.

EDITORIAL DO SITE G1. **Salários dos prefeitos nas capitais variam de R\$ 17,6 mil a R\$ 31 mil; vereadores recebem até R\$ 18,9 mil**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/26/salarios-dos-prefeitos-nas-capitais-variaram-de-r-176-mil-a-r-31-mil-vereadores-recebem-ate-r-189-mil.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2021.

E-TÍTULO passa a ter foto do eleitor e pode ser usado como documento oficial para votar. Tribunal Superior Eleitoral. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Outubro/e-titulo-passa-a-ter-foto-do-eleitor-e-pode-ser-usado-como-documento-oficial-para-votar>. Acesso em: 21 maio 2021

FERRARESI, Camilo. **Evolução histórica do constitucionalismo brasileiro**. Revista JurisFIB. v. 6 n. 1, 10 set, 2015.

FERREIRA, Maria Mary; DIAS, Marly. **Empoderamento e Protagonismo Político das Mulheres em Turiaçu: desvendando as relações de gênero no município**. In: Mulheres, Protagonismos e Sub-representação: dados para pensar e transformar as relações de gênero na política no Maranhão. São Luís: NIEPEM – São Luís, MA, 2019. cap. 5, p. 69-91.

FERREIRA, Mary (org.). **Mulheres, Protagonismos e Sub-representação: Dados para pensar e transformar as relações de gênero na política do Maranhão**. São Luís: NIEPEM - São Luís, MA, 2019.

FERREIRA, Rubens. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1017>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREIRE, André. **Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica**. 1. ed. Teresina: Editora Celta, 2001.

GARCIA, Emerson. Cidadania e Estado de Direito: breves reflexões sobre o caso brasileiro. **Revista da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**, v. 14, n. 53, 2011, p. 69-77.

HERÓDOTO. **The Persian Wars by Herodotus**. Trad. (para o inglês) George Rawlinson. Edição Bruce J. Butterfield. 1942. Pars Times. Greater Iran & Beyoind. Disponível em: www.parstimes.com/history/herodotus/persian_wars/. Acesso em: 19 maio 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica Civil**. Tradução João Monteiro, Maria Nizza e Eunice Ostrensky. 4. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2019.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/23/22107?indicador=22416>. Acesso em: 22 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. Brasília: SEMESP, 2019. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Semesp.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72742/000884085.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 de mar. 2021.

LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1948.

LIMA, Martônio; LIMA, Renan. Resquícios do Coronelismo no Processo Político-eleitoral do Século XXI: a captação ilícita de sufrágio na jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. **Revista Culturas Jurídicas**, Vol. 3, Núm. 6, 2016, p. 98-127.

MAGENTA, Matheus. **Eleições 2018: como Bolsonaro superou a bolha radical na internet e terminou o 1º turno na liderança**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45768006> Acesso em: 12 de out. 2018

MAIS de 40% dos candidatos negros das Eleições Municipais 2020 foram eleitos. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mais-de-40-dos-candidatos-negros-das-eleicoes-municipais-2020-foram-eleitos>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MANIN, Bernard, PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e representação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/WzLctJ6mDBHky5PhBYSHHcQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. London: Cambridge University Press, 1997. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4437595/mod_folder/content/0/Manin__The_Principles_of_Representative_Gov_Chap%204.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 21 maio 2021.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. London: Cambridge University Press, 1997. Disponível em: kgrkgmrrrr

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4437595/mod_folder/content/0/Manin__The_Principles_of_Representative_Gov_Chap%204.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 21 maio 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARTINS, Andréia; CUNHA, Carolina. Getúlio Vargas: 7 temas para entender seu legado. **UOL**, 2014. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/getulio-vargas-7-temas-para-entender-seu-legado.htm>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Gisele. Democracia e cidadania votar é preciso. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 23, n. 5505, 28 jul. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67903>. Acesso em: 21 jul. de 2020.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

NOTAS estatísticas. **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estasticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PES, João Hélio Ferreira; FLEIG, Rafael Bathelt. O voto obrigatório na democracia brasileira e os princípios de justiça de John Rawls. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 55, n. 218, p. 113-139, abr./jun. 2018. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/218/ril_v55_n218_p113. Acesso em: 09 jul. de 2020.

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/pitkin.pdf. Acesso em: 30 maio. 2021.

PLATÃO. **A república**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

QUEIROZ, Maria. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: AlfaOmega, 1976.

REVISTA QUERO. **Qual é o salário de político brasileiro?**. 2020. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/qual-e-o-salario-de-um-politico-brasileiro>. Acesso em: 21 maio 2021.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fonte, 2003.

SALLES, Arthur. **Sistema de bibliotecas da Uninter inova e dá acesso a milhares de livros digitais na pandemia**. Curitiba: Centro Universitário Internacional, 2020. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/sistema-de-bibliotecas-da-uninter-inova-e-da-acesso-a-milhares-de-livros-digitais-na-pandemia>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **E-Compós**, v. 7, 26 jun. 2006.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. 1984. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SERVIÇOS ofertados pelas bibliotecas no período da pandemia de Covid-19. **Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal Catarinense**. Santa Catarina: Instituto Federal Catarinense, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ifc.edu.br/2020/08/04/servicos-ofertados-pelas-bibliotecas-no-periodo-da-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

TOFFLER, Alvin. **La tercera orla**. [S.]: Plaza & Janes Editores, S.A., 1980.

TOFFOLI, José Dias. O uso das redes sociais nas eleições e nos processos eleitorais: o sistema brasileiro”. **Revista Justiça e Cidadania**, 188. ed., abril de 2016. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/o-uso-das-redes-sociais-nas-eleicoes-e-nos-processos-eleitorais-o-sistema-brasileiro/>. Acesso em: 29 de mar. 2021.

URBINATI, Nadia. **Crise e metamorfoses da democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, p. 05-16, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tXTVfVbN3dSGWSQ6YRTnSMQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2021.

URBINATI, Nadia.; WARREN, Mark. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 387-412, 2008. Disponível

em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.11.053006.190533>. Acesso em; 19 maio 2021.

URNA eletrônica: relatório do TCU diz que equipamento é seguro e auditável. Tribunal Superior Eleitoral. 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Outubro/urna-eletronica-relatorio-do-tcu-diz-que-equipamento-e-seguro-e-auditavel>. Acesso em: 07 jan. 2021.

VILLA, Marco. **A história das constituições brasileiras**. Rio de Janeiro: Leya, 2011.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ciência da informação, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 05 abr. 2021

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO – CIDADANIA, INFORMAÇÃO E VOTO: ESTUDO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL EM PAÇO DO LUMIAR

Prezado(a) entrevistado (a),

Estamos desenvolvendo essa pesquisa com o intuito de compreender os fatores que contribuem para a escolha de candidatos durante o período eleitoral. Portanto, solicitamos e agradecemos sua contribuição para responder às seguintes questões:

1. IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A)

1.1 Sexo

Masculino Feminino

1.2 Faixa etária

16 a 25 anos 26 a 35 anos 36 a 45 anos

46 a 55 anos 56 a 65 anos Acima de 65 anos

1.3 Religião: _____

1.4 Raça/Etnia: _____

2. VISÃO SOBRE O VOTO E PROCESSO ELEITORAL

2.1 Você costuma votar em todas as eleições?

Sim Não

2.2 Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 (irrelevante) e 5 (muito importante), que nível de importância você atribui a votação?

1 () 4 ()

2 () 5 ()

3 ()

Justifique brevemente a resposta acima.

2.5 Você considera o processo eleitoral seguro no Brasil?

Sim Não

2.6 Você votaria em todas as eleições se o voto fosse opcional?

Sim Não

3. CENÁRIO POLÍTICO EM PAÇO DO LUMIAR

3.1 Escolha uma opção que defina seu pensamento a respeito do cenário político atual no Brasil:

Ruim Regular Bom Muito bom Excelente

3.2 Escolha uma opção que defina seu pensamento a respeito do cenário político atual em no Maranhão:

Ruim Regular Bom Muito bom Excelente

3.3 Escolha uma opção que defina seu pensamento a respeito do cenário político atual em Paço do Lumiar:

Ruim Regular Bom Muito bom Excelente

3.4 Você considera que a escolha do seu voto é responsável pelo atual cenário político?

Sim Não

Se sim, porquê? _____

Se não, porquê? _____

3.4 Escolha entre as opções abaixo aquelas que expressam os motivos pelos quais você vota:

- Porque o voto é obrigatório;
- Porque acho importante participar do processo eleitoral;
- Porque acredito na mudança social e política em Paço do Lumiar;
- Porque me foi prometido um emprego ou ajuda;
- Porque quero ajudar um candidato.

3.5 Escolha entre as opções os principais problemas que, em seu ponto de vista, seu município enfrenta:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Infraestrutura - Saneamento Básico | <input type="checkbox"/> Proliferação de Drogas |
| <input type="checkbox"/> Segurança pública
Pavimentação | <input type="checkbox"/> Infraestrutura - Transporte, Moradia e |
| <input type="checkbox"/> Violência contra a mulher | <input type="checkbox"/> Administração pública inadequada |
| <input type="checkbox"/> Infraestrutura - lazer | |
| <input type="checkbox"/> Infraestrutura - ausência de bibliotecas, museus e casas de cultura. | |

3.6 Você acredita que os atuais representantes estão aptos a realizar alguma mudança nos problemas descritos acima?

() Sim () Não

3.7 Você acredita que a participação política dos moradores de Paço do Lumiar poderia ser melhor?

() Sim () Não

3.8. Para você, quais devem ser as qualidades de um bom candidato ou candidata? Indique 3 qualidades:

1. _____

2. _____

3. _____

4. INFORMAÇÃO E VOTO PERGUNTAS SOBRE FATORES DE INFLUÊNCIA PARA O PROCESSO ELEITORAL

4.1 Você utiliza algum canal de informação para saber mais sobre os candidatos que estão concorrendo aos cargos políticos? (televisão, jornal, redes sociais, rádio)

() Sim () Não

4.2 Você já pesquisou informações sobre um candidato específico a fim de conhecer seu histórico político?

() Sim () Não

Se sua resposta foi Não, responda porquê? _____

4.3 Você já se arrependeu alguma vez de ter escolhido determinado candidato/a?

() Sim () Não

4.4 Para você, como podemos conhecer melhor um candidato para fazer boas escolhas/ ou qual deve ser o critério para definir nossa escolha do melhor ou da melhor candidata, indique 3 sugestões:

1º _____

2º _____

3º _____